



# DOSSIÊ CONSPIRAÇÃO

ARMINDO AUGUSTO DE ABREU  
ECONOMISTA

RECADO<sup>1</sup> – “Informações reservadas aconselham cautela até o ano de 2002. Pelo menos. Nascido em língua alemã, no século XVII, Gottfried Leibnitz demonstrou que tudo aquilo que existe, existe como consequência de alguma causa, não por leviandade. Bem antes disso, lá pelo século V a.C., nascido em Estagira, Aristóteles não demonstrou, mas sustentou que tudo que existe, existe dotado de alguma finalidade. Assim, por artes de Aristóteles e Leibnitz, estabeleceu-se que os acidentes de cada uma de nossas vidas não são acidentes coisa nenhuma: acontecem por alguma razão e visando objetivo preciso. De onde se segue que se inventou o conceito de paranóia para iludir pios, convencendo-os de que os males que porventura os assaltem devem ser creditados à má fortuna. Deslavada mentira. Tudo, rigorosamente tudo que interfere em nossas existências deve-se à iniciativa de alguém tendo em vista resultados muito claros. Na maioria das vezes, tais resultados são escusos. Fique tranqüilo, faz todo sentido viver assustado”. (Insight-Inteligência nº 10)



## REVISITANDO A “PARANÓIA CONSPIRATÓRIA”

*“Prepare o seu coração... pras coisas que eu vou contar”.*

*“Disparada”, GERALDO VANDRÉ*

*“Só porque você é paranóico não quer dizer que eles não estejam de fato, lá fora, querendo pegar você”.*

*DITADO AMERICANO*

Definitivamente, CONSPIRAÇÃO é um vocábulo que desafia velhos tabus e preconceitos. Apesar da sinistra conotação que lhe tem sido dada, freqüente, cada vez mais assiduamente, o cotidiano dos estudiosos das verdades históricas, obliteradas nas versões oficiais dos acontecimentos. Derivada do latim CONSPIRARE significa, literalmente, “respirar junto”. Traduz o ato de planejar ou agir secretamente, em parceria, visando a alcançar objetivos predeterminados. E o alcance de objetivos está intimamente ligado à vontade e à possibilidade integrais e eficazes da aplicação de poder. Sendo o poder, em síntese, a capacidade de se impor a própria vontade a terceiros, conspirar exprime, em última instância, procurar adquirir, de forma velada, essa competência. A característica fundamental de que se reveste a atividade conspiratória é o SEGREDO e o combustível que lhe dá dinâmica é a busca permanente das INFORMAÇÕES privilegiadas ou estratégicas. Fruto dessa sofisticada extração, nos Estados Unidos e na Europa o estudo das teorias e possibilidades conspiratórias já se constitui em matéria apreciada, com a necessária seriedade, por jornalistas, pesquisadores, políticos e intelectuais respeitáveis. Isso, apesar do árduo combate e do epíteto de “paranóicos” que, monótona e invariavelmente, recebem dos círculos de proteção do poder. “Quando se cogita dos segredos mais profundos da nação, às vezes parece que existem poderes, até mesmo, superiores aos do presidente dos Estados Unidos e do diretor da CIA”.<sup>2</sup> Trabalhos publicados naquele país evidenciam que altos funcionários públicos, políticos, autores e pesquisadores não estão sozinhos em suas desconfianças envolvendo supostas atividades conspiratórias. O povo americano também está. Uma pesquisa conjunta, feita em 1997 pela Ohio University e pelo Scripps-Howard News Service, resultou em surpreendentes conclusões: 51% dos entrevistados acreditavam que

agentes federais assassinaram o presidente John Kennedy; mais de um terço suspeitava que a Marinha americana, propositalmente ou não, derrubara o avião da TWA que fazia o voo 800; a maioria acreditava ser possível que a CIA tivesse, intencionalmente, permitido a traficantes vender cocaína a crianças negras, moradoras das grandes cidades; 60% achavam que o governo escondia informações sobre o “agente laranja” e as causas da “síndrome da guerra do golfo”; quase a metade suspeitava que agentes do FBI iniciaram o fogo que matou mais de uma centena de pessoas de uma seita religiosa, perto de Waco, Texas, em 1993. As reações da Casa Branca a essa pesquisa foram as usuais: à vista do resultado, Curtis Gans, diretor do Washington Committee for the Study of the American Electorate (Comissão de Washington para o Estudo do Eleitorado Americano), comentou: “A paranóia está matando este país...” Mas, seria, mesmo, apenas paranóia, a crença generalizada de que certos grupos ou indivíduos, detentores de imensa riqueza e poder, geralmente desconhecidos do público, sejam os verdadeiros donos dos Estados Unidos e, em decorrência, do resto do mundo? Jonathan Vankin, jornalista e estudioso de conspirações que possam envolver o governo dos Estados Unidos, diz que “o poder é um fato concreto da vida americana, mas a maioria dos americanos não participa dele. O segredo é a sua mola mestra. O governo parece distante, embora, de alguma forma, ainda possa estar no controle. Estamos, cada vez mais, isolados uns dos outros, mergulhados nas telas dos computadores e das televisões, prisioneiros dos vidros das janelas e dos pára-brisas. Há um frustrante sentimento de desconexão na vida americana moderna. As teorias conspiratórias tentam juntar essas peças outra vez...”. “Muitos dos eventos mundiais mais importantes, dentre os que modelam os nossos destinos, ocorrem porque alguém os planejou nesse sentido. Se nós estivéssemos, meramente, lidando com as leis da probabilidade, metade dos acontecimentos que afetam o bem-estar da nossa nação seriam para o bem da América. Se nós estivéssemos lidando apenas com mera incompetência, nossos líderes deveriam, de vez em quando, cometer um erro a nosso favor... Não, nós não estamos lidando com coincidências ou estupidez, mas com planejamento e brilhantismo<sup>3</sup> ...”. “As elites, não as massas, governam a América. Numa era industrial, científica e nuclear, a vida numa democracia, da mesma forma como nas sociedades totalitárias, é moldada por



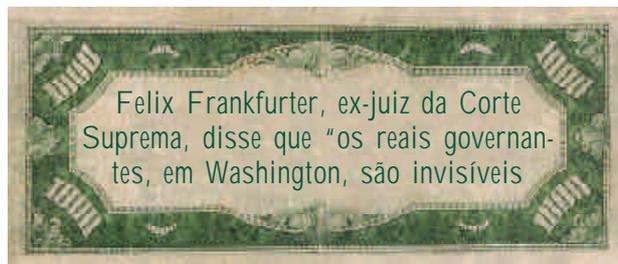
um punhado de homens. A despeito das diferenças de abordagem com que estudam o poder na América, intelectuais, cientistas políticos e sociólogos concordam em que as decisões-chaves de natureza política, econômica e social são tomadas por estreita minoria”.<sup>4</sup> Os fatos demonstram que a idéia de uma minoria rica, oligárquica, controlar e governar a América, apropriando-se da maior parte da riqueza ali produzida, não é, apenas, possível, mas absolutamente provável. Para os que insistem em imaginar que, somente no Brasil, ou em sociedades periféricas, a concentração da renda é brutal, convém lembrar que o grosso da riqueza americana, produzida por 265 milhões de habitantes, também está repousando em pouquíssimas mãos. Um estudo conduzido pelo Federal Reserve Board, em 1983, revelou que apenas 2% da população (5,3 milhões) controlavam 54% da riqueza nacional e que apenas 10% (26,5 milhões) detinham 86% dos ativos financeiros líquidos. A maioria das famílias americanas, isto é, 55% da população (140 milhões), tinha patrimônio zero ou negativo! O ciclo dos ricos ficando mais ricos e dos pobres ficando mais pobres tem se acelerado desde a década de 60, tanto nas administrações democráticas quanto nas republicanas. Os números atuais são ainda mais drásticos: Segundo o U.S. Census Bureau (equivalente ao nosso IBGE. N.A.), entre 1992 e 1994 a riqueza dos 5% mais abastados cresceu 14%, quase o dobro do que ganharam todos os demais americanos nos últimos vinte e cinco anos! Segundo conceituados analistas, a alarmante concentração da renda no país mais rico do mundo não seria, apenas, mera decorrência da aplicação de políticas econômicas equivocadas, mas, na verdade, uma estratégia consciente, visando a acumular a riqueza em poucas mãos. Para que a economia estadunidense se mantenha em pleno funcionamento, é necessário que ela demande recursos planetários em proporções muito superiores ao que seria lícito corresponder à sua quota-parte populacional ou geográfica. A concentração das riquezas mundiais em poucas mãos, numa economia cada vez mais globalizada, fora do alcance do Estado, entregue “ao mercado”, na verdade estaria facilitando a manipulação dos ativos físicos e dos fluxos de produção e consumo, em favor de quem possui o dinheiro. E o dinheiro do mundo, como aos poucos vai



sendo revelado, vem dos doze bancos centrais privados que integram o Federal Reserve System. Este poderoso cartel, que governa a economia americana e controla ou influencia a do restante do planeta, emite e regula a moeda, determinando o volume e a intensidade com que cada dólar vai adquirir ou fazer sangrar, via taxa de juros, a prosperidade ou a pobreza universais. Tão formidável mecanismo de acumulação, ao mesmo tempo genial e egocêntrico, faz da máquina econômica, gerencial e militar dos Estados Unidos o único poder incontestado do globo e o detentor da maioria das riquezas terrenas. Em conseqüência, é justo perguntar: — Quem controla os Estados Unidos e, a partir deles, a riqueza mundial? Todos, sem exceção, acreditam ou pelo menos já se dispuseram a falar ou ouvir dizer, sem rodeios, que algumas poucas pessoas, efetivamente, detêm a maior parte das riquezas transacionáveis, das reservas minerais, dos ativos financeiros. Que elas manipulam estoques, controlam preços, administram fartura ou escassez, repelem os chamados “custos sociais” e evitam pagar impostos. “Elas” também dominam o mais avançado conhecimento científico e tecnológico, constroem monopólios de energia, comunicações, armamentos, remédios. Exercem total influência sobre as mídias, as maiores universidades, os partidos políticos e os governos, através do poder que acumulam ao controlar tanto corporações multinacionais quanto organizações privadas, como o Council on Foreign Relations (CFR), a Comissão Trilateral, o Royal Institute of International Affairs (Grupo Chatam House)<sup>5</sup>, os Bilderberger, a Sociedade Liberal de Mont-Pélerin, o Diálogo Interamericano, o Federal Reserve System... “Elas” também pertencem a sociedades secretas como a dos Illuminati (Iluminados), os Skull and Bones<sup>6</sup>, e aos círculos mais restritos da Livre Maçonaria. Mas, finalmente, quem são “Elas”? “Trezentos homens, todos se conhecendo, dirigem os destinos econômicos da Europa e escolhem os sucessores entre si”, garantia, em 1909, Walter Rathenau, o principal executivo da General Electric na Alemanha. Essa afirmativa histórica, com certeza, serviu de ponto de partida para obra recente, rapidamente esgotada, afirmar que um “Comitê de 300” controla um “governo paralelo, de alto nível, secreto, que dirige a Grã-Bretanha e os Estados Uni-



dos”.<sup>7</sup> Felix Frankfurter, antigo juiz da Corte Suprema, advertiu seus pares de que “os reais governantes, em Washington, são invisíveis e exercem o poder por trás dos bastidores”. Em carta datada de 23/11/1933, o recém-eleito presidente Franklin Roosevelt, também tido como um “Iluminado”, escrevia ao braço-direito de Woodrow Wilson, coronel Edward House, personalidade-chave na criação da Liga das Nações, do Council on Foreign Relations (CFR) e do Federal Reserve (FED): “a pura verdade nesta matéria é, como você e eu sabemos, que o poder financeiro nos grandes centros tem tido a posse do governo desde os tempos de Andrew Jackson<sup>8</sup>. Registre-se que durante o governo de Roosevelt, pela primeira vez na História, foi posta em circulação uma nota de dólar contendo impressa em seu verso a pirâmide e o olho maçônicos<sup>9</sup>. Ratificando esta convicção familiar, o filho do presidente Roosevelt, Elliot, escreveu após a morte do pai: “Há em nosso mundo cerca de doze organizações que modelam as direções de nossos destinos, de forma tão rígida quanto os governos regularmente constituídos”. Em 1922, o então prefeito de Nova York, John F. Hylan, declarava que “a ameaça real à nossa República é o governo invisível que, como um polvo gigantesco, estende seus tentáculos afiados sobre a nossa cidade, nosso estado, nossa nação... Na cabeça desse polvo estão os interesses da Rockfeller-Standard Oil e os de uns poucos e poderosos bancos, geralmente referidos como banqueiros internacionais que, virtualmente, governam os Estados Unidos para satisfação de seus propósitos egoístas”. Joseph P. Kennedy, patriarca da notável família, ex-embaixador dos Estados Unidos na Inglaterra, certa feita causou perplexidade pública ao afirmar que “cinquenta homens governam a América e este é um número alto”. Respondendo à pergunta “quem governa este país?”, em palestras formuladas para estudantes secundários, os escritores e autores do popular *People Almanac*, Irving Wallace e David Wallechinsky, listaram: o presidente, as duas casas legislativas e os nove membros da Suprema Corte. Mencionaram, também, os governos estaduais e municipais, ressaltando, entretanto, que muitas de suas leis podem ser invalidadas pelo governo federal, o que os remete a um círculo de menor poder e influência. Entretanto, na mesma pu-



Felix Frankfurter, ex-juiz da Corte Suprema, disse que “os reais governantes, em Washington, são invisíveis

blicação, esses autores responderam, de outra forma, à pergunta: “Mas quem governa REALMENTE os Estados Unidos??? — “Há muitas forças trabalhando na sociedade dos Estados Unidos, mas a mais poderosa é a resultante da ação dos grandes bancos, das corporações e das companhias de seguros, com o respaldo de líderes militares”. Ou seja: a resposta é, em essência, a mesma que ficou consagrada na indelével expressão cunhada pelo ex-presidente Dwight Eisenhower: o “complexo militar-industrial”... Confrontado com a questão “Quem, realmente, governa o planeta?”, pela *Revue Internationale et Stratégique*, o atual ministro do Exterior da França, Hubert Védrine, colocou à frente do presidente dos Estados Unidos os presidentes de certas corporações, financistas, agências de classificação de riscos, jornalistas, cineastas, pesquisadores, lobbies e, até mesmo, os fundos de pensão americanos. Mas, antes de se tentar identificar essas pessoas, é imprescindível investigar como seria feita, na prática, a integração dos seus esforços em torno de objetivos comuns. A única solução plausível para esta questão, dentre as muitas possibilidades pesquisadas pelos especialistas, seria a existência de uma teia invisível de solidariedade, apoios e dedicações, concedidas ou adquiridas a qualquer preço. E essa rede, tecida com fios da mais estrita lealdade, à sombra do anonimato e da dissimulação, seria obra de “Sociedades Secretas”, algumas antiqüíssimas, outras contemporâneas, e de seus membros, investidos de enorme influência, comandando poderosas instituições ou no exercício de funções-chaves. Elas não só existem, como desempenharam e continuam desempenhando importantíssimo papel nos principais eventos domésticos ou internacionais, do passado e do presente. Por isso, é interessante que se aprecie, no panorama recente, fatos envolvendo o mais elevado círculo do poder nos Estados Unidos: os presidentes americanos, seus principais assessores e os grandes empresários, com essas misteriosas sociedades. Diz-se, de forma bem-humorada, que as melhores imagens trazidas à mente das pessoas quando se menciona o nome de Bill Clinton, é o de um político sorridente e jovial, saxofonista episódico, com um especialíssimo interesse pelas moças muito bonitas e, às vezes, também, por outras nem tanto. O que as pessoas geralmente desco-



nhecem é que Clinton está ligado a três das mais importantes sociedades secretas contemporâneas: o Council on Foreign Relations (CFR), a Comissão Trilateral e o Grupo Bilderberger. Essas organizações, como seria natural esperar-se, são muito restritas como fontes de informações. A Trilateral costuma publicar os nomes de seus membros e certos documentos contendo diretrizes de atuação, mas sua agenda interna permanece confidencial. O CFR também publica o rol dos associados, porém exige deles segredo total quanto aos objetivos e às operações. Já os Bilderberger mantêm sua agenda e seu corpo de associados em sigilo total. Membros destacados da administração Clinton pertenceram aos quadros do CFR. Compreenderam, entre muitos outros, além do próprio presidente, o vice-presidente Al Gore, o secretário de Defesa William Cohen, Warren Christopher, James Woolsey, Lloyd Bentsley, Laura Tyson e o general Colin Powell. Do mesmo governo Clinton, pertencem à Comissão Trilateral, William Cohen, Alan Greenspan e Donna Shalala, entre outros menos conhecidos no Brasil. Em 1991, quando governador de Arkansas, Bill Clinton foi convidado a se filiar aos Bilderberger. No ano seguinte, foi eleito presidente dos Estados Unidos. Ele nunca mencionou, em público, seus encontros com os Bilderberger, mas, segundo o tablóide *The Spotlight*, de Washington, que perseguiu reuniões do grupo durante anos, Hillary passou a freqüentá-las em 1997, sendo a primeira mulher de um presidente americano a fazê-lo. A partir daí, começaram rumores a respeito de uma provável, e importante, futura carreira política para ela. Mas, que ligações possuía Clinton antes de se tornar governador de estado e presidente da República? Ao morrer, John Davison Rockefeller Jr., herdeiro

do magnata da indústria petrolífera, deixou uma imensa fortuna, influência política, diversas instituições de poder, prestígio e cinco filhos homens para administrá-los: John III, Nelson, Laurance, Winthrop e David. A única filha, Abby, morreu de câncer. Winthrop tinha sido aluno de Yale, uma das universidades financiadas pelo fundo Irmãos Rockefeller, presidido por John III, e que abriga a enigmática sociedade “Skull & Bones”<sup>10</sup>, famosa por recrutar membros para futuro exercício de cargos elevados de poder. Não obstante, Winthrop era considerado a “rês

tresmalhada” da família. Após abandonar essa faculdade, em 1934, trabalhou como peão em poços de petróleo, no Texas. Na Segunda Grande Guerra lutou no Pacífico, como soldado de infantaria, regressando à casa, ao seu final, com três importantes condecorações. Dali em diante, dedicou-se a uma vida desregrada de *playboy*, entregando-se à bebida, às mulheres e ao *café society*. Em 1953, cansado daquela rotina, mudou-se para o estado de Arkansas, onde, em 1956, recebeu o título de Homem do Ano de Arkansas. Em 1967, desfrutando de grande prestígio, elegeu-se governador. No exercício da função, conheceu um jovem promissor, de temperamento semelhante ao seu, rebelde e boêmio, chamado Bill Clinton. Começava aí, com a simpatia e a proteção dos Rockefeller, sua rápida ascensão ao poder. No outono de 1998, quando ameaçado de impeachment, Clinton correu a Nova York para pedir proteção aos seus colegas do CFR. “Bill Clinton sabe muito bem que é presidente porque os membros da sociedade secreta a que pertence o escolheram e esperam que ele realize seus planos”.<sup>11</sup> O ex-presidente George Bush foi membro do CFR, da Comissão Trilateral e destacado irmão da Skull and Bones. Seu filho, o atual presidente, também estudou em Yale e em Harvard, sendo membro da mesma sociedade. Jimmy Carter, antigo assessor de Zbigniew Brzezinski no CFR e por ele recrutado, teve em seu governo uma plêiade de membros daquela organização, inclusive de seu antigo chefe, que lhe serviu como assessor para assuntos de Segurança Naci-

onal. Apesar de democrata, seu secretariado (ministério) abrigou, também, trilateralistas do partido republicano, como Henry Kissinger (Estado, membro do CFR e protegido dos Rockefeller), William Coleman (Transportes), Car-

la Hills (Habitação), Peter Peterson (Comércio; posteriormente veio a ser presidente do CFR) e Casper Wainberger (Saúde, Educação e Trabalho)<sup>12</sup>. Também assinaram ponto no governo Carter, o ex-diretor da CIA e futuro presidente George Bush, e William Cohen, secretário da Defesa de Clinton e membro do CFR. Gerald Ford, o vice-presidente de Richard Nixon, era membro ativo da Maçonaria, do CFR e dos Bilderberger. Quando Nixon renunciou, Ford assumiu a presidência e “escolheu” como novo vice-presidente dos Estados Unidos Nelson Rockefeller, patro-





no do CFR, membro da Trilateral, dos Bilderberger etc., pois o Sistema não deve correr riscos... Aliás, cabe lembrar que Gerald Ford, antes disso, fora membro da famosa Comissão Warren, que investigou o atentado contra John Kennedy, concluindo que a morte do ex-presidente fora obra de um louco homicida e não de uma conspiração, como até hoje se discute. O governo de Ronald Reagan não foi diferente. O ex-ator e antigo porta-voz da General Electric, embora não fosse apontado como membro dessas três instituições ou, até mesmo, simpático a elas, após uma série de acontecimentos políticos estranhíssimos<sup>13</sup>, indicou George Bush à vice-presidência e, depois de eleito, nomeou vários de seus integrantes para cargos de primeiro escalão, sendo vinte e oito membros do CFR, dez dos Bilderberger e, pelo menos, dez trilateralistas. Esse grupo compreendia o secretário de Estado Alexander Haig, o secretário da Defesa Casper Weinberger, o secretário do Tesouro Donald Regan, todos do CFR, e Alan Greenspan, o todo-poderoso presidente do Federal Reserve, membro do CFR, Bilderberger e Trilateral!

## “AS MODERNAS SOCIEDADES SECRETAS E SUAS AGENDAS DE DOMINAÇÃO GLOBAL”.

*...“É muito difícil reeducar pessoas criadas sob a idéia do nacionalismo e levá-las a abandonar parte dele em favor de um governo supranacional”.*

**Príncipe Bernhard, da Holanda, quando presidente do Comitê Bilderberger**

Registros históricos evidenciam que, a partir do século XVIII, o mais poderoso grupo de interesses do planeta decidira ampliar e fixar seus negócios, definitivamente, no Novo Mundo. Essa decisão estratégica resultaria no surgimento de uma coligação oligárquica européia/americana, pacientemente construída a partir do processo da independência dos Estados Unidos. Ela consolidava, também, um fantástico sincretismo de capitais, milenarmente constituídos em todo o mundo e concentrados na Europa, com a riqueza recente do Novo Mundo, acumulada com as descobertas das novas colônias ultramarinas, e agora perceptível diante do poder emergente da América. Esses grupos tinham por sede, desde o século XVII, a Grã-Bretanha e

representavam interesses de natureza essencialmente econômico-financeira, ligados à rede bancária, ao comércio e à indústria. Seus integrantes proviriam de diversas nacionalidades, etnias, credos políticos, filosóficos e religiosos. Nenhuma dessas características, ao que se conhece, prevaleceu necessariamente nesse arranjo de poder, que se revela supranacional, apátrida, sem preferências religiosas, de caráter absolutamente materialista. Sendo sua única motivação ostensiva, portanto, a mais ilimitada ambição, o objetivo da coligação conspiratória seria alcançar a máxima concentração de poderes políticos e econômicos, o pleno controle da riqueza física ou virtual, o domínio da ciência e dos processos de alta tecnologia, tudo pela via pacífica do convencimento e do mercado, sem contestações ideológicas e resistências armadas, civis ou militares. Sutilmente caracterizado como uma “Nova Ordem Mundial”, sempre apresentado como evolução natural, modernidade, em diversas épocas da história, o conjunto organizado, sincronizado, de ações dessa elite almejava, em última instância, a reorganização consentida da humanidade. No plano político, resultaria em governo mundial único, instituído em torno de princípios comuns. Os mais relevantes desses postulados seriam: a supressão de todas as Forças Armadas, substituídas por um contingente policial supranacional com a bandeira da ONU ou da OTAN, capaz de impor a paz e a ordem em qualquer parte do globo, com o respaldo de uma corte de justiça universal; a instituição de moeda única, física e eletrônica, emitida e controlada por um ou mais bancos centrais privados e independentes de qualquer governo nacional; o afastamento da civilização ocidental dos seus antigos valores morais, éticos e religiosos, de tradição judaico-cristã, submetendo-a, tão somente, ao domínio de uma “nova ética” materialista, com base exclusiva na razão, no conhecimento científico e no direito positivo; o fim dos estados nacionais, com a abolição de fronteiras fixas e do conceito de soberania. Como visto, para que um processo de tamanha ambição e alcance pudesse prosperar na prática, seria necessária a existência de uma poderosa e atuante rede de instituições e lealdades, mantidas sob pesado véu de discrição e sigilo. Essa antiga urdidura, que esteve presente e influenciou fatos primordiais da História, como as revoluções americana, francesa e russa, e erodiu o poder das monarquias cristãs formadas a partir da Idade Média, começou a ser tecida, em sua fase mais contemporânea, no governo do presidente Woodrow



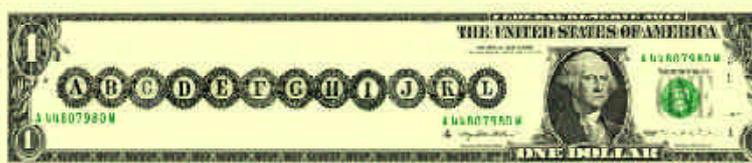
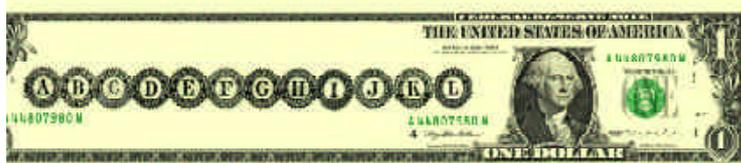
Wilson, com a criação de três instituições-chaves, que asseguraram a perfeita consolidação do sistema secreto de poder: A Liga das Nações, o Federal Reserve System e o Council on Foreign Relations (CFR). “Este último, influencia o governo dos Estados Unidos, fornecendo-lhe quadros de estrita confiança e sugerindo os passos de sua política externa e as de seus aliados. Segundo respeitáveis opiniões..., o CFR é o verdadeiro governo dos Estados Unidos...”<sup>14</sup> mantendo laços estreitos



com organizações semelhantes e associadas, nos principais países, inclusive no Brasil. Registros históricos evidenciam que o marco de criação da... “mãe de todas as organizações secretas contemporâneas...”, o CFR, foi o final da Primeira Grande Guerra. Contados os mortos, pensadas as feridas dos sobreviventes e avaliados os prejuízos, líderes mundiais se reuniram na Conferência de Paris, em 1919, para deliberar sobre o traumático pós-guerra. A intenção declarada seria deflagrar providências e criar mecanismos no sentido de eliminar e impedir futuras divergências entre os países. Um governo global unificado seria a solução alvitrada. A delegação americana compreendia, entre outros, o presidente Woodrow Wilson, seu assessor e braço-direito, coronel Edward Mandell House, os banqueiros Paul Warburg e Bernard Baruch, financiadores de sua campanha, e uma dúzia de líderes proeminentes, pertencentes a um grupo que se auto intitulava The Inquiry (os inquiridores). Essa estranha fraternidade, de filosofia globalista, defendia um acordo de paz que garantisse a remoção de todas as barreiras econômicas, igualdade nas condições de comércio e a criação de uma “associação geral de nações”. Desse pleito, nasceria o projeto de criação da Liga das Nações, por Wilson, em projeto elaborado e defendido pelo coronel House. Curiosamente, fundamentos de uma outra plataforma, implementada por Wilson, apareciam num livro de ficção escrito, pouco antes, por Edward House, denominado “Philip Dru: Administrator – A Story of Tomorrow”. Nesse livro, o socialista marxista House descrevia uma conspiração (sic) ocorrida nos Estados Unidos, visando à criação de um banco central privado, um imposto de renda gradual e o controle dos partidos Republicano e Democrata. Um par de anos após a publicação do livro, pelo menos dois desses objetivos, senão os três, tinham

sido conquistados. No dia 30 de maio de 1919, House reuniu-se com os membros americanos e britânicos à Conferência de Paz, em Paris, no Hotel Majestic, quando resolveram formar um Instituto de Assuntos Internacionais, visando preparar a opinião pública para a aceitação de um “governo mundial único”, ou a “globalização”, tendo uma sede nos Estados Unidos e outra na Inglaterra. A sede americana foi incorporada em 21 de julho de 1921, com o nome de Council on Foreign

Relations (CFR). A sede britânica tornou-se o Royal Institute of International Affairs. O CFR nasceu sob o signo do mais absoluto sigilo. No artigo II de seus estatutos, reza que “qualquer membro que venha a revelar detalhes de suas reuniões, contrariando as regras estabelecidas pelo CFR, será passível de expulsão”. Essa aura de sigilo tem sido mantida e respeitada pela grande mídia americana. Em 1971, o jornalista J. Antony Lucas escrevia que... “analistas da imprensa soviética afirmam ser o CFR mais noticiado no Pravda e no Izvestia do que no New York Times.” De forma coerente com os planos de instruir e governar todas as fases da política externa americana, foram membros do Council on Foreign Relations QUASE TODOS os diretores da CIA desde Allen Dulles, TODOS os secretários de Estado, menos um<sup>15</sup>, desde 1940 e TODOS os secretários da Guerra/Defesa, sem exceção. Esta assertiva abrange o governo George W. Bush, em curso. A face do CFR começou a ser revelada, para o público americano, a partir dos anos 70, com o surgimento das novas tecnologias de comunicação. Num esforço aparentemente destinado a desviar essas atenções, David Rockefeller, então seu presidente, envidou esforços para criar uma organização mais visível, que pudesse servir de “biombo” para as atividades do Conselho: a Comissão Trilateral. A idéia de criar a Trilateral lhe fora ofertada por Zbigniew Brzezinski, chefe do Departamento de Estudos sobre a Rússia, da Universidade de Columbia (New York), e autor de inúmeros documentos e livros que tinham servido de linhas mestras para o estabelecimento de diretrizes de políticas e estratégias pelo CFR. Ele pesquisara, anteriormente, uma forma de “cooperação mais próxima” entre as nações da Europa, da América do Norte e da Ásia, assim defendida: “Uma nova e mais ampla aproximação é necessária: a cri-



ação de uma comunidade de nações desenvolvidas que possa, efetivamente, se dedicar às maiores preocupações relativas à humanidade... Uma Comissão representando os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão, com reuniões periódicas de seus chefes de Estado, bem como uma pequena infra-estrutura de apoio, seria um bom começo”.<sup>16</sup>

Ele também vislumbrava uma sociedade “...que fosse moldada cultural, psicológica, social e economicamente pelo impacto da tecnologia e da eletrônica, particularmente na área dos computadores

e das comunicações...”. Os pensamentos de Brzezinski começaram a suscitar suspeitas entre todos aqueles que já se opunham à consolidação de um poder político e econômico unificado, ao declarar: “...a soberania nacional não é mais um conceito viável...” e prever que “...as nações desenvolvidas mover-se-iam na formação de uma comunidade mais ampla... através de uma série de laços indiretos e de limitações, já iniciadas, nas suas soberanias nacionais..., e com um sistema de coleta global de impostos”. Explicando que um organismo de cooperação, como a Trilateral, deveria preparar o palco para a conformação desse cenário, entendia que “...o objetivo inicial de formar uma grande comunidade de nações, embora menos ambicioso do que formar um governo mundial, seria mais factível”. Em sua concepção geopolítica, Brzezinski não pretendia deixar de fora dessa sociedade global nem mesmo as nações submetidas ao marxismo, que ele considerava... “um estágio posterior de maturidade da visão universal do homem, vital e criativo”, e “uma vitória do homem exterior sobre o homem interior, passivo, uma vitória da razão sobre a fé”. A Comissão Trilateral de Brzezinski foi fundada, oficialmente, em 1 de julho de 1973, tendo David Rockefeller como presidente, mas os planos de sua criação e funcionamento foram apresentados, em primeiríssima mão, aos membros do ultra-secreto grupo dos Bilderberger, em abril de 1972, na pequenina cidade belga de Knokke-Heist. Ali, a reação ao projeto foi entusiástica. A grande preocupação do fechado grupo, nesse dia, era quanto às vigorosas, porém esperadas, reações da comunidade internacional, especialmente da Europa e do Japão, à devastadora desvalorização do dólar, representada pelo rompimento do pacto de Bretton Woods, por Nixon, desvin-



culando a moeda americana do padrão-ouro. Mas, havia, ainda, outras razões de inquietação entre os presentes àquela fechadíssima reunião: eram as novas sobretaxas aplicáveis às importações americanas, visando à redução do seu déficit externo; a política de *détente* iniciada com a China, de olhos no seu poten-

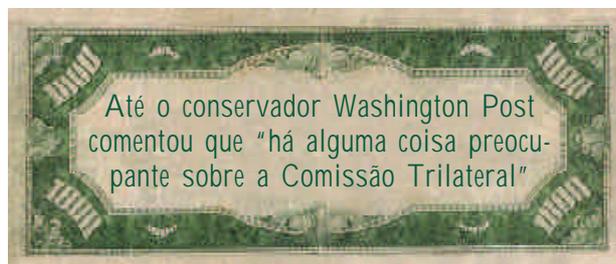
cial de comércio; e o gradativo, porém brutal, aumento de preços do petróleo. Os países produtores tinham reagido, de pronto, à astronômica depreciação do dólar, que elevava o preço do ouro às nuvens (passou de US\$ 800,00/onça), rea-

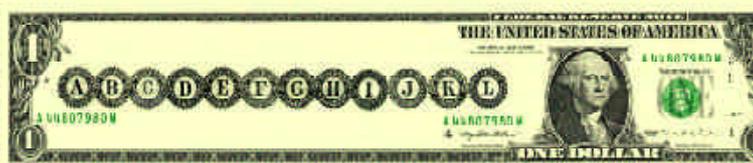
justando, também eles, sua valiosa e finita matéria-prima, conhecida no jargão do mercado como “ouro negro”. Afinal, os petrodólares não poderiam mais ser convertidos no metal amarelo, ao preço de US\$ 35,00 a onça, conforme estipulara o acordo de Bretton Woods, desde o pós-guerra. Para os países produtores, vender petróleo, dali em diante, em troca de uma moeda agora inconversível e desvalorizada, representaria, como num passe de mágica, transformar sua poupança monetária (os petrodólares) em areia e reduzir, pesadamente, o valor econômico de suas reservas de óleo, dos contratos de fornecimento de longo prazo, de sua receita bruta e dos estoques formados. Essa foi, na verdade, a causa real dos chamados “choques do petróleo” que se seguiram, em 1973 e 1979. Não obstante, esse gravíssimo fato foi transmitido ao grande público, pela *mass media*, como atitude “gananciosa e monopolista” do cartel de países produtores, decididos a “levar à bancarrota” a economia ocidental... Todas essas questões, que estavam amargurando os aliados dos americanos, causavam deterioração nas relações externas dos Estados Unidos, especialmente com o Japão. Ele era o principal prejudicado, face à sua total dependência de combustíveis fósseis e das exportações maciças de produtos de alta tecnologia para os Estados Unidos. A reunião entre os Bilderberger, entretanto, tinha lhes dado mostras de que houvera certa precipitação em se deflagrar, quase simultaneamente, medidas tão duras e explícitas visando a resultados financeiros convergentes, concentradores. Era imprescindível, portanto, abrandá-las e, por isso, a proposta de Brzezinski, sugerindo um estágio intermediário, tripartícipe, na unificação desse poder, com especial destaque para o Japão, na liderança do que viria a ser um futuro



bloco asiático, foi aclamada, unanimemente. A Trilateral estava informalmente criada e liberada para iniciar seus trabalhos, o que ocorreu, apenas três meses depois, numa propriedade particular da família Rockefeller, em Pocantico Hills, Tarrytown, Estado de New York, nos dias 23 e 24 de julho de 1972. Participaram desse primeiro encontro diversas personalidades, ao que tudo indica selecionadas apenas por Rockefeller e Brzezinski. Somente um ano depois ocorreria a cerimônia oficial. David Rockefeller, então, nomeou Brzezinski fundador e diretor do ramo norte-americano da Comissão, que abrigava, ainda, o governador Jimmy Carter, o congressista John B. Anderson (outro candidato presidencial) e Hedley Donovan (editor-chefe do grupo Time, Inc.). Entre os demais fundadores estavam Reginald Maulding, Lord Eric Roll, Alistair Burnet (editor do Economist), Giovanni Agnelli (presidente da Fiat), Raymond Barre (França) e um grupo de representantes da elite japonesa, à frente Sujiro Fujino (Mitsubishi). Segundo a revista *Dialogue*, publicação oficial, espécie de relatório anual da Comissão Trilateral, “ela foi fundada em 1973 por cidadãos particulares da Europa Ocidental, Japão e América do Norte, para promover uma cooperação mais próxima, entre as três regiões, a respeito de seus problemas comuns”. Autores mais cépticos, entretanto, interpretam a expressão “cooperação próxima” como um “conluio entre banqueiros e corporações multinacionais, de olho no governo mundial único”.<sup>17</sup> A Comissão mantém, hoje, sedes em New York, Paris e Tóquio, sendo seus principais financiadores os Fundos Irmãos Rockefeller, German Marshall e Lilly Endowment, bem como empresas do porte do The Time, Bechtel, Exxon, General Motors, Wells Fargo e Texas Instruments”. “Muitos dos membros da Comissão Trilateral estão hoje em posições de poder, de onde podem implementar políticas recomendadas pela Comissão; medidas que eles mesmos prepararam como membros da Trilateral. É por esta razão que ela adquiriu a reputação de ser o governo oculto do ocidente”.<sup>18</sup> “Os tentáculos da Comissão Trilateral foram tão longe na esfera política e econômica que ela tem sido descrita, por muitos, como prova cabal de que homens poderosos podem controlar o mundo, através da criação de uma comunidade supranacional, dominada

pelas corporações multinacionais”.<sup>19</sup> No princípio de 1977, até mesmo o jornal conservador *Washington Post*, sustentáculo do *establishment*, comentava em editorial que... “há alguma coisa preocupante sobre a Comissão Trilateral. O presidente eleito (Carter) é um membro. O vice-presidente Walter Mondale, também, da mesma forma que os novos secretários de Estado, Defesa e Tesouro, Cyrus Vance, Harold Brown e Michael Blumenthal. Brzezinski, um antigo diretor da Trilateral e assessor de segurança nacional de Carter, também é, assim como um grupo de outros que farão a política externa da América nos próximos quatro anos”. Entre esse “grupo de outros”, releva destacar o nome de Paul Volker, indicado para presidir o Federal Reserve. Conhecido na praça como pessoa “ligada a David Rockefeller”, Volker tinha sido presidente do ramo norte-americano da Trilateral e era membro das organizações secretas CFR e Bilderberger. A despeito de todas essas credenciais, acabou sendo apeado, durante o governo Reagan, do cargo de presidente do FED, substituído pelo atual, Alan Greenspan, coincidentemente, como visto, membro da Comissão Trilateral, do CFR e dos Bilderberger...<sup>20</sup> A despeito de declarações públicas, nas quais nega ser uma entidade secreta, a Comissão Trilateral não pode deixar de ser incluída nesse rol, uma vez que suas reuniões são sempre fechadas, com acesso negado ao público. “A mais nova cabala internacional de David Rockefeller<sup>21</sup> (a Trilateral)... planeja ser o veículo para a consolidação multinacional dos interesses comerciais e bancários, pela tomada do controle político dos Estados Unidos”.<sup>22</sup> “Ela consiste num grupo, cujo objetivo é acelerar a era do Governo Mundial e promover uma economia global controlada, atrás dos bastidores, pela Irmandade Secreta (os Iluminados)”.<sup>23</sup> Há quem garanta que esses Iluminados, invariavelmente abrigados na penumbra, costumam se materializar nas reuniões dos Bilderberger. Esta revelação nos remete a uma outra questão crucial: — quem são os Bilderberger? O modo mais prosaico de se defini-los é como um grupo de poderosos, homens e mulheres, muitos pertencentes à realeza européia, que se encontram secretamente, todos os anos, para discutir assuntos de seu interesse. Pesquisadores afirmam que eles conspiram para “fabricar” e “administrar” acontecimentos





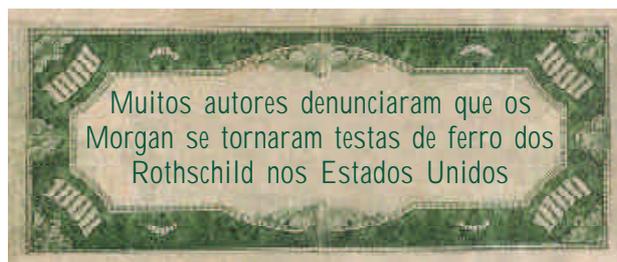
de âmbito mundial. Apesar da presença de figuras exponenciais da mídia em suas reuniões, nada, ou quase nada, transpira ou é noticiado. Eles, também, costumam ser filiados às demais sociedades secretas. O grupo, pelas características de sigilo absoluto, não possui sequer um nome oficial. A designação atual foi outorgada por pesquisadores, quando vazou para o público, pela primeira vez na História, a notícia de uma reunião feita, em 1954, no Hotel Bilderberger, em Oosterbeek, Holanda. Após uma série de encontros informais, realizados na Europa, entre membros da realeza e importantes nomes de suas mais altas elites, foi decidida, em 1950, a criação desse comitê altamente secreto. A sessão inaugural teve a presença de vários ministros das Relações Exteriores europeus, o príncipe Bernhard da Holanda e o socialista polonês Joseph Retinger, fundador do movimento europeu após a Segunda Guerra Mundial. Já o primeiro encontro do grupo em solo americano foi feito em 1957, na ilha de Saint Simons, próximo à paradisíaca ilha de Jekyll (em frente ao Estado da Geórgia), onde, em 1910, outros conspiradores se reuniram para planejar a criação do FED. Nas suas reuniões tem sido registrada, quase sempre, a presença de membros das famílias reais britânica, sueca, holandesa e espanhola. O príncipe Bernhard foi o *chairman* do grupo até 1976, quando renunciou devido às denúncias de que recebera uma grande importância da Lockheed, para promover vendas de aviões. A partir de 1991, a presidência tem sido ocupada por Lord Carrington, ex-ministro, ex-secretário-geral da OTAN e presidente do Royal Institute of International Affairs, organização gêmea do CFR. Outros membros, não menos ilustres, foram ou são Brzezinski, Dean Rusk, Robert McNamara, general Lyman Lemnitzer, todos também do CFR, e Henry Ford II, Giscard d'Estaing, George Pompidou, Helmut Schmit, Margaret Thatcher e o barão francês Edmond de Rothschild. Segundo o autor e analista de inteligência, Dr. John Coleman, "...A Conferência de Bilderberger é uma criação do M16 (o serviço secreto britânico), sob a direção do Royal Institute of International Affairs...". Mas, e do Royal Institute (RII), o que dizem as más línguas? "...Da mesma forma que o CFR, o RII foi criado sob auspícios do coronel House, braço-direito de Woodrow Wilson, do seu grupo de



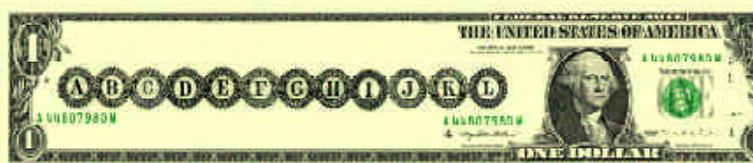
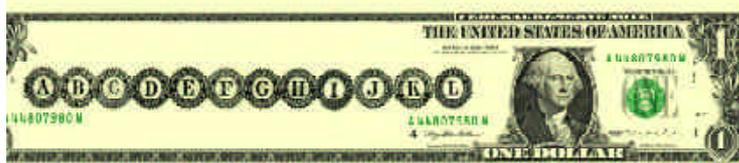
internacionalistas conhecido como The Inquiry (os Inquiridores) e dos banqueiros Warburg e Baruch. O RII, entretanto, foi montado a partir de uma outra sociedade secreta já existente, o Round Table Groups (Grupos da Távola Redonda) estabelecida em 1910 pelo legado de Cecil Rhodes, o magnata inglês dos diamantes."<sup>24</sup> "O Royal Institute foi criado em 1919 para perpetuar o poder britânico no mundo e ajudou a criar o Council on Foreign Relations como parte de um esforço para unir as elites inglesas e seus interesses de política externa, com os dos Estados Unidos."<sup>25</sup> O RII fica na conhecida Chatam House (Mansão Chatam), situada em Londres, na praça de Saint James, em frente à residência da multimilionária família Astor.<sup>26</sup> Costuma-se dizer, mundo afora, talvez sem muita atenção para a conexão implícita, que a política externa inglesa é emanada da Chatam House... Além de sua atuação direta na área de política externa, o RII atua na esfera da preparação de quadros para o futuro, especialmente na concessão de bolsas universitárias a pessoas de alto potencial, segundo critérios próprios. "As bolsas Rhodes (Clinton foi bolsista)... são conhecidas de todos. O que não é tão abertamente divulgado é o fato de que Rhodes, em cinco testamentos, deixou sua fortuna para formar uma sociedade secreta que deveria dedicar-se à preservação e à expansão do império britânico. E, o que parece ser também desconhecido de todos, é que essa sociedade secreta continua a existir até os dias de hoje".<sup>27</sup> Como se depreende, a inegável conexão entre alguns dos mais importantes líderes americanos e essas organizações já não podem mais ser ignoradas. Muito embora o conceito de se criar uma comunidade global de nações venha de muitos séculos passados, foi com o surgimento dessas modernas sociedades secretas que ele adquiriu a dimensão e a materialização contemporâneas. Apesar da importante presença da família Rockefeller no CFR e também na coordenação das demais organizações secretas mencionadas, é preciso ficar claro que outras importantes forças políticas e financeiras, apesar de poderosíssimas, existem e se mantêm ao abrigo da luz, nesse contexto. É chegado o momento de se lhes lançar algum ar fresco. O grande patriarca da família Rockefeller foi John Davison, considerado como o milionário mais conhecido



da História americana até os dias de hoje, muito embora tenha morrido em 1937. Nenhuma outra família teve mais notoriedade do que ela, não só pela imensa fortuna acumulada, como pelos laços poderosos que a ligava às elites européias, especialmente as inglesas. Esses laços, ao que parece, não eram somente de amizade. O pai de John D., William, era conhecido como Big Bill e viveu da venda de frascos de uma poção, supostamente destinada à cura do câncer, num carroção que ele mesmo guiava em suas andanças pelo país, ao melhor estilo dos filmes de faroeste. No começo da guerra civil americana, John D. era um jovem corretor de commodities agrícolas em Cleveland, no Estado de Ohio. Nessa atividade, percebeu que o futuro estaria, não na agricultura, mas no petróleo. Em 1863, ele e alguns sócios construíram uma refinaria. Em 1870, já havia criado a Standard Oil Company of Ohio. O dinheiro para toda essa empreitada, garantindo-lhe a formação do monopólio de refino, veio do National City Bank of Cleveland, cidade onde John D. residia. Isso seria absolutamente normal, não fora um pequeno detalhe: o National City Bank de Cleveland pertencia à família européia dos barões Rothschild, a mais rica e poderosa em todo o planeta... Rockefeller não gostava de competidores. Seu objetivo era absorver todo o mercado, formando um monopólio privado. Sob o lema “a competição é um pecado”, John D. investia contra os adversários, comprando ou absorvendo seus negócios. Quando não conseguia fazê-lo, reduzia seus preços até que o competidor quebrasse. Em 1902, essa tática começou a lhe trazer problemas. Ida Tarbell, filha de um produtor de óleo da Pensilvânia, arruinado por John D., escreveu uma série de artigos sob o título: “A História da Standard Oil Company”, publicados na revista McClures. Um crítico da época registrou que o trabalho de Ida Tarbell “significava o corajoso desmascaramento de uma moral criminoso, disfarçada sob o manto da respeitabilidade e do cristianismo.”<sup>28</sup> O monopólio de Rockefeller começou a ser combatido por uma América sinceramente religiosa, defensora da moral nos negócios e profundamente indignada. Em 1906, a companhia foi condenada por violação da lei antitruste. A sentença da Suprema Corte, prolatada em 15 de maio de 1911, era vazada nos seguintes termos: “Sete homens e



uma máquina corporativa conspiraram (sic) contra seus concidadãos. Em nome da segurança da República, essa perigosa conspiração (sic) deve ser encerrada até o próximo dia 15 de novembro. A Standard Oil de Ohio foi, então, dividida em diversas novas corporações, das quais oito, de início, mantiveram a expressão Standard Oil em seus novos nomes. Mais tarde, para dar ao público a impressão de que o desmembramento da empresa original fora mesmo efetivo, essas empresas foram assim reagrupadas e renomeadas: Mobil Oil (fusão da Standard de New York com a Vacuum Oil); Amoco Corp. (fusão das Standard de Indiana, Nebraska e Kansas); Chevron Corp. (Standard Oil da Califórnia e de Kentucky); Exxon (Standard de New Jersey); Atlantic Richfield; Buck-eye Pipe Line; Pennzoil e Union Tank Car Co. Curiosamente, o fracionamento da empresa de Rockefeller só fez-lhe aumentar a fortuna. Ele foi o primeiro bilionário da História da América. Ao morrer, John Davison e seu único filho John Jr., tinham construído não só um império do petróleo, como instituições do porte do Banco Chase Manhattan, da Fundação que lhes leva o nome, da Universidade de Chicago, da Lincoln School, da Universidade Rockefeller, em New York, e do Instituto Rockefeller de Pesquisas Médicas. Dizem os especialistas que, se algum dia, alguém rivalizou em riqueza e poder com John D. Rockefeller, foi John Pierpont Morgan, um homem, ainda mais do que ele, ligado às elites britânicas. Sua mãe, Juliet Pierpont Morgan, era filha do reverendo John Pierpont, um conhecido anglófilo, e neta de um dos fundadores da Universidade de Yale. Seu pai, Junius Spencer Morgan, financista, mudou-se para a Inglaterra em 1850 e lá virou sócio de outro americano, George Peabody, um antigo associado da família Rothschild (ramo inglês). Formaram uma empresa financeira denominada Peabody, Morgan & Co. Com a retirada do sócio Peabody, em 1864, Junius e o filho John assumiram integralmente o negócio, mudando-lhe o nome para Morgan & Co. Os Morgan logo se tornaram íntimos dos Rothschild, até mesmo se hospedando em sua casa. Muitos autores denunciaram o fato de que os Morgan se tornaram testas de ferro dos Rothschild nos Estados Unidos. Eustace Mullins, o americano que primeiro revelou, em 1952, as manobras secretas que resul-



taram na criação do Federal Reserve pela banca privada, também denunciou que os interesses do barão britânico Nathan Mayer Rothschild eram defendidos, na América, pelos Morgan. “Apesar deles manterem um agente registrado nos Estados Unidos... era extremamente vantajoso possuir um representante americano não identificado com os Rothschild. Por isso, preferiam operar anonimamente, naquela praça, atrás da fachada de J.P.Morgan & Co...”.

## ORA, DIREIS, OUVIR ESTRELAS...

*“O Segredo é a Alma do Negócio”  
VELHO ADÁGIO PORTUGUÊS*

Sabendo, anteriormente, que os fundamentos das ações de conquista e manutenção do poder são o sigilo e as informações estratégicas ou privilegiadas, compreende-se porque pesquisar segredos, de forma legal ou clandestina, pode ser considerada atividade de altíssimo interesse, apesar do risco envolvido. Não é de todo repulsivo que ao Estado, através das polícias e dos serviços secretos, seja dado bisbilhotar a vida alheia, desde que os produtos dessa xeretice se destinem, apenas e tão-somente, à sua defesa ou à inteira proteção dos cidadãos. Como, às vezes, a investigação é percebida ainda a meio, sem que se possa, ou se deseje, instruir acusações contra o observado, o remédio é negar, sempre que possível, o feito, considerá-lo “apenas um caso fortuito”, naturalmente atribuível a “interesses escusos” ou aos “inimigos das liberdades democráticas”. O complicado, desde tempos imemoriais, mesmo antes de se inventarem os telefones e os grampos, tem sido distinguir entre as operações feitas no legítimo interesse público e aquelas em prol das causas restritas, particulares. Como todos percebemos, os mercados, principalmente os das informações, já governam tudo nos dias de hoje, até mesmo certos governos..., porque conhecimento é poder. Conhecimento exclusivo é poder restrito e, portanto, matéria-prima preciosa para qualquer um que dele possa se valer. Daí fica-nos a certeza de que os grampos, apesar de incompatíveis com os discursos líricos ou oficiais em favor da privacidade do cidadão e da mais irrestrita democracia, continuarão a ser *commodity* ambicionada pelo mercado, público ou privado. Afinal, como reza o adágio, “...o preço da

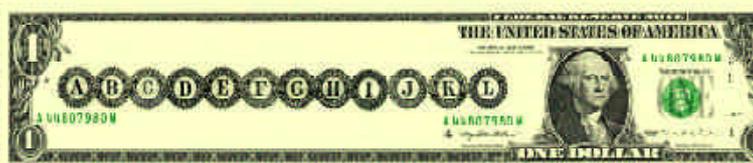
liberdade é a eterna vigilância...”, o que certamente não exclui as conversas e os movimentos alheios. Ante essa evidência, não se deve deixar de apreciar os meios, lícitos ou espúrios, ostensivos ou secretos, as conspirações enfim, de que se valem os humanos para se manterem adequadamente informados, ou, apenas, para impedirem essa possibilidade aos adversários. Como é universalmente bem aceito, não pairam muitas dúvidas quanto ao fato de que a sede das forças que detêm o poder mundial esteja, mesmo, localizada nos Estados Unidos muito embora, deva-se ressaltar, isso não signifique, necessariamente, que o poder mundial seja os Estados Unidos. Intellectos respeitáveis têm assumido que aquele país possa vir a ser, apenas, a materialização física, visível, desse poder, consubstanciado em pujança física, riqueza e capacidade militar inigualáveis. De outro lado, é razoável supor-se que o “mercado de informações secretas”, essencial às atividades concernentes à ampliação do poder, como qualquer outro mercado nos dias de hoje, também tenha evoluído sob forte tendência concentradora. Isto posto, não é difícil aceitar o fato de que a sede do “observatório universal”, centro mundial da espionagem, também fique em território norte-americano, não apenas recebendo e processando informações de sua rede de aliados como, igualmente, controlando-a. E isso, registre-se, é a pura verdade. A luta tem-se revelado tão pesada e profissional nesse terreno que, além das pessoas físicas e dos estados nacionais, os próprios mercados comuns, meninas dos olhos do status globalizante e sonho dourado dos trilateralistas, já sofrem as incômodas conseqüências da desconfiança e da bisbilhotice internacional. É cobra comendo cobra. O Parlamento Europeu, órgão legislativo da União Européia, denunciou a existência de um aparato de espionagem internacional denominado Échelon, desenvolvido a partir do fim da Segunda Guerra Mundial para monitorar a antiga URSS e seus aliados. Com o fim da guerra fria, o sistema foi adaptado para farejar as “comunicações civis do século XXI”. Com tal manobra, o núcleo de poder conseguiu preservar o orçamento de bilhões de dólares do tempo da bipolaridade ideológica e militar. Ativo desde os anos 70, o Échelon consistiria numa rede capaz de filtrar e ordenar informações a partir de palavras-chave pronunciadas, da mesma forma que sistemas existentes para rastrear informações na Internet. Essa denúncia foi responsável por dezenas de reu-



niões de especialistas, entre os quais o investigador neozelandês Nicky Hager, autor do livro *Poder Secreto*. Nele, Hager confirma a denúncia de que o sistema central do Échelon fica em Fort Meade, próximo a Washington, onde opera a National Security Agency (NSA), Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos, e possui, entre outros, um braço australiano, o Government Communications Security Bureau (GESB), que lhe municia com informações a respeito de tudo que se passa nos países da área do Pacífico, colhidas em Waihopai (Nova Zelândia) e Geraldton (Austrália). Segundo o livro, os agentes do GESB que, na verdade, é o próprio serviço secreto da Nova Zelândia, passam os dias lendo as correspondências eletrônicas e as transcrições dos telefonemas entre governantes, políticos e empresários da região, repassando os achados “interessantes” para a NSA, em Washington. O “poder secreto”, a que alude Hager, transcende à política e atua em questões puramente comerciais, incluindo espionagem industrial nos chamados “países amigos”. Antigamente, 52 conjuntos de monitoramento trabalhavam de forma independente, porém nos anos 80 foram reunidos sob um sistema integrador denominado Platform. Toda a estrutura desses conjuntos foi unificada, nos dias de hoje, sob o nome de United States Sigint System (USSS). Nem mesmo os grandes aliados dos Estados Unidos escapam dos “olhos eletrônicos”, estruturados a partir do importante centro de Menwith Hill, na Inglaterra. A França decidiu se precaver contra essa vigilância montando aparato próprio de interceptação, na certeza de que é vítima dos olhares malignos do *big brother* e atribuindo a eles a perda do contrato para a construção do nosso Sivam. Essa informação é suportada por Duncan Campbell, o jornalista que redigiu a denúncia do Parlamento Europeu, o qual afirma haver a empresa francesa Thomson, em 1995, quando concorrente à licitação para a construção do Sivan, denunciado que o Brasil também estaria sendo alvo dessa rede de espionagem. A norte-americana Raytheon teria se valido de informações privilegiadas da Thomson, obtidas por meio do USSS, para vencer a corrida pela encomenda. Até mesmo a nossa EMBRAER, segundo informações veiculadas no Canadá, onde fica a sede de

sua maior concorrente no mercado, a Bombardier, seria um dos alvos preferenciais do sistema.<sup>29</sup> Todo o universo seria vulnerável ao esquema eletrônico desse conjunto, que possui o mais espetacular, amplo e sofisticado sistema de satélites do mundo. A América Latina seria monitorada pelo Canadá, o Pacífico pela Austrália e a Nova Zelândia, e toda a Europa, pela Inglaterra. Na Ásia, dois países são o alvo principal do aparato: o Japão, adversário econômico, e a China, que pode vir a se tornar o grande rival militar. Hager e Campbell continuam as investigações, mantendo estreito intercâmbio, e já levantaram a existência de outros sistemas secundários, sob uma única bandeira, ainda não inteiramente revelados para o público<sup>30</sup>. Essa é a lógica cruel e fria do negócio, não poupando, sequer, a privacidade de nenhum cidadão, deste ou de qualquer outro país onde se viva. Câmeras de televisão, nos Estados Unidos e em diversos outros países industrializados, monitoram permanentemente as ruas, os *shopping centers*, os estacionamento, os edifícios públicos e privados, sob a alegação de prevenção do crime, proteção aos clientes e moradores, programas de prevenção ao uso de drogas, segurança patrimonial etc. A espirituosa frase “Sorria, você está sendo filmado”, vista aqui e em todos esses países, é apenas uma cortesia adicional do status quo, para que você se lembre de ser socialmente bem comportado e não cometa pequenos delitos. Ela não significa, em hipótese alguma, que você não possa estar sendo vigiado, em qualquer ocasião, por outros meios não anunciados ou perceptíveis. Em sociedades que se vão sofisticando, a polícia e algumas organizações conhecem amplamente a vida privada de cada cidadão, dispondo do registro completo de seus movimentos. Fique despreocupado, mesmo que pouco organizado com seus papéis, documentos e registros de informações pessoais, pois, provavelmente, eles já estarão a salvo, devidamente catalogados por pessoas mais cuidadosas do que você, ao alcance de olhares atentos à frente de um computador. Junto a esses dados, é provável que estejam, também, os registros completos dos destinos de suas viagens, dos seus programas sociais e amizades favoritas, preferências por livros, restaurantes, jornais, revistas, filmes, *chats* e *sites* favoritos





na Internet, programas de TV paga ou aberta, multas de trânsito, com fotografias do carro e seus passageiros, registrando locais e horários das infrações, bem como todos os pagamentos efetuados com seus cartões de crédito ou de débito automático em conta corrente. Permaneça sempre atento. Olhos curiosos podem conhecer por onde e com quem você anda, fazendo o que, com quanta pressa e a que custo. Se você vive no Brasil, país onde ainda se convive com costumes e práticas consideradas um tanto primitivas por outras sociedades, acredite: até mesmo suas declarações do imposto de renda podem ter sido “disponibilizadas” em algum mercado informal de balcão ou da esquina mais próxima da sua casa...

## LIBERDADE, LIBERDADE, ABRE AS ASAS SOBRE NÓS...

*“O Povo Quer Saber!!!”*

*SÉRGIO MALLANDRO, APRESENTADOR DE TV.*

Apesar do exacerbado culto à privacidade e do discurso populista universal da “democracia a qualquer preço”, leis severas e restritivas têm sido aprovadas em várias partes do mundo ocidental, reduzindo a presença popular nas grandes decisões e enfeixando poderes quase discricionários nas mãos dos dirigentes eleitos, sem que disso o cidadão se aperceba ou venha a ser alertado. As tenazes totalitárias vão sendo apertadas e as liberdades reais murcham, quase imperceptivelmente. A “democracia das medidas provisórias” não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Mesmo o sistema americano, paradigma para o resto do mundo, acompanha, ou lidera, essa inquietante tendência. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Congresso dos Estados Unidos vem concedendo, ao presidente, poderes executivos que lhe permitem, solitariamente, controlar a máquina governamental e as Forças Armadas, em caso de um ataque nuclear inimigo ou de qualquer outra emergência nacional. Entende-se que, na eventualidade de uma ameaça de calibre atômico, seja natural que o presidente disponha de poderes legais para atuar, sem restrições, na defesa do país e dos cidadãos. O que eminentes americanos questionam é o fato de que, sendo a lei pouco clara nas definições do que seja uma efetiva “emergência nacional”, possa um futuro presidente vir a declarar como

tal uma situação que lhe sirva, apenas, de pretexto para fazer passar medidas que o Congresso negaria em circunstâncias normais. O medo de que uma ditadura se estabeleça em solo da “soi-disante” maior democracia do planeta existe, de fato, entre muitos. Eles alegam que tais poderes discricionários, colocados nas mãos do presidente em situações de definição imprecisa, seriam iguais ou maiores dos que possuíram Adolf Hitler e Joseph Stalin nos períodos de suas ditaduras. Isso, porque a lei de exceção em vigor facultariam ao presidente, a seu único e exclusivo critério, o direito de declarar tal estado de emergência. A partir daí, e sem qualquer ingerência do Congresso, ele poderia invocar, no conjunto ou em parte, os decretos de números 10.995 a 11.005 que lhe permitem, entre outras medidas: arrestar todo e qualquer material impresso ou elementos de comunicação e mídia eletrônica; combustíveis e geradores de energia elétrica; minerais, suprimentos alimentares, todos os veículos e meios úteis de transporte público ou privado; mão-de-obra para trabalhos forçados, podendo, inclusive, separar famílias para tal fim, e, também, transferir cidadãos ou determinar-lhes o abandono de áreas residenciais. Compreender o alcance dessas medidas, se efetivamente aplicadas em situações de extrema gravidade, não é difícil. O que, entretanto, causa perplexidade e temor é a possibilidade de um outro decreto legislativo, o de número 11.051, vir a ser utilizado por pressões externas irresistíveis, principalmente do sistema financeiro internacional. É que ele, simplesmente, “autoriza o Office of Emergency Planning (Secretaria de Planejamento das Situações de Emergência) a colocar em efeito todas as medidas de exceção acima citadas, em casos de grave tensão internacional ou de crise financeira”. O jornal Washington Report, em editorial nos anos 90, ressaltou que o presidente também poderia, sob força da lei conhecida como McCarran Act-Title II (Lei McCarran, parágrafo segundo), deflagrar a chamada Operação DRAGNET (rede de arrastão), suspendendo a vigência da Constituição, com um simples telefonema, e impondo a lei marcial. Fontes confiáveis relatam que agências governamentais acumulam os nomes de mais de um milhão de americanos em Washington, num computador Univac de alta velocidade, como candidatos à prisão, no caso de uma emergência nacional vir a ser declarada no futuro.<sup>31</sup> Comprovando que as esquerdas podem estar mesmo no poder, as mesmas fontes sugerem que essa lista contém nomes de mem-



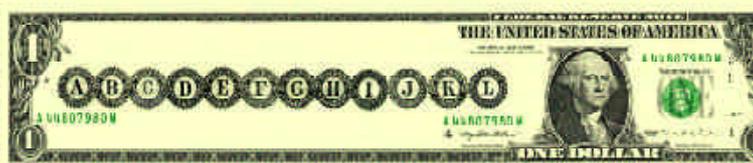
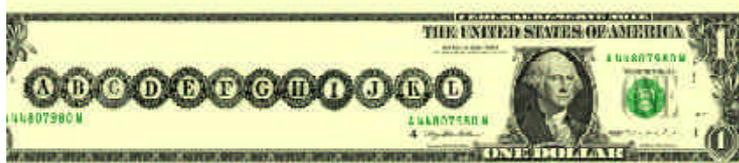
bro da chamada direita cristã, hoje abrigada sob o “guardachuva” do Partido Republicano, e de todos os cidadãos que já expressaram, publicamente, preocupações com a Nova Ordem Mundial e a formação de um governo globalmente unificado, pondo fim à soberania e à liberdade da América. Agências federais, como o FBI, poderiam prender rapidamente as pessoas constantes dessas listas e confiná-las em “campos de detenção”. Numerosas fontes confirmam que esses campos já existem em vários estados americanos e podem estar re-



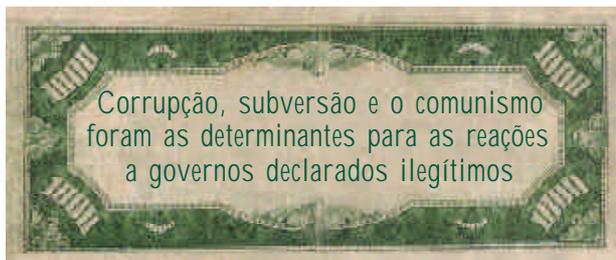
lacionados com o Programa de Segurança Nacional do presidente Reagan, conhecido como Rex 84, que criou onze centros federais de detenção na Flórida, Virgínia, Geórgia, New York, Pensilvânia, Wisconsin, Arkansas, Arizona e Califórnia<sup>32</sup>. Outras fontes confiáveis asseguram que unidades da Guarda Nacional e do Exército estão treinando em réplicas de cidades americanas, construídas em unidades do exército, para, em operações porta a porta, atacar civis portadores de armas de fogo e confiscá-las à força. Elas também afirmam que os interessados em submeter os Estados Unidos ao governo mundial sabem que tanto civis armados quanto segmentos militares poderosos representariam séria ameaça ao seu intento. A estratégia adequada de neutralização será, portanto, desarmar os civis e enfraquecer, progressivamente, todos os militares, enquanto for armado um poderoso exército para a ONU. Lembrem que, já em 1961, o presidente John Kennedy ordenara ao Departamento de Estado que produzisse um programa denominado “Libertação da Guerra: o Programa dos Estados Unidos para o Total e Completo Desarmamento em um Mundo Pacífico” (Publicação do Departamento de Estado nº 7.277). É um projeto a ser desenvolvido em três fases: primeiramente, diminuir os efetivos do Exército, da Marinha e da Força Aérea. Em seguida, implementar o estágio atual, em que a força de paz das Nações Unidas seria formada e progressivamente fortalecida. O terceiro e último estágio, de desmobilização controlada, impediria que quaisquer Forças Armadas, inclusive as dos Estados Unidos, pudessem desafiar o fortalecido contingente da ONU. Significativamente, lembrem que o presidente Bush (pai) assinou uma ordem executiva em 1990, transferindo a terça parte das aeronaves (aviões e he-

licópteros) da reserva estratégica americana para um organismo chamado FINCEN: Financial Crimes Enforcement Network (Rede para a Imposição da Lei contra Crimes Financeiros), destinado a operações especiais, ao custo de \$ 12,8 bilhões de dólares. Essas aeronaves foram inteiramente pintadas de negro, sem qualquer identificação externa, e estão sendo usadas pela FINCEN e outras forças-tarefas especiais de jurisdição múltipla, incluindo tanques e equipamentos pesados como, por exemplo, as que teriam causado a tragédia de Waco, no

Texas, em 1993, onde um grupo, dito religioso, incluindo mulheres e crianças, em suposta sedição, encontrou a morte num pavoroso incêndio provocado por armamento de grosso calibre.<sup>33</sup> As mais recentes investigações desse episódio, causadoras de embaraços para o governo, evidenciam, não só, que agentes federais atacaram primeiro, como o referido grupo parecia ter motivações políticas preponderando sobre quaisquer interesses religiosos. O revide não se fez esperar. Em 1995, no exato dia do segundo aniversário da tragédia, em episódio também ainda nebuloso, uma poderosa bomba destruiu o prédio federal Alfred P. Murray, quartel do FBI na cidade de Oklahoma, também no Texas, onde, além da imensa perda material, morreram civis e crianças abrigadas numa creche ali existente, exclusiva para filhos de funcionários daquela Agência. O resultado das investigações, à moda dos desastres aéreos, nunca ficou claro para o público pagante, tendo o cidadão Timothy McVeigh, ex-militar combatente, sido condenado à morte pela autoria material do atentado. Hoje, ele está preso na penitenciária federal de Terre Haute, Indiana. Apesar de sua execução ter sido fixada para o dia 16 de maio de 2001 (e adiada para junho), por injeção letal, suas reais motivações ainda não tinham sido inteiramente reveladas até o momento da sentença. Apesar dos silêncios ou das negativas governamentais, tais focos de resistência ao governo e à mundialização prosperam rapidamente. Como tem sido usual nesses casos, os grupos rebeldes recebem da imprensa o título genérico de “milícias” e seus integrantes de “fanáticos religiosos”. Os que não se satisfazem com as inconsistentes versões dos governos e da mídia, são referidos como “paranóicos”. Com isso, o cerco às possibilidades de defesa, moral ou física, indivi-



dual ou organizada dos cidadãos, se estreita. Mas, em contrapartida, aumenta a reação popular ostensiva. A persistente campanha deflagrada pela erradicação das armas de fogo comercializadas legalmente, na quase totalidade entre cidadãos de bem, para sua legítima defesa, sob a convincente chantagem emocional da “paz” e da “bala perdida”, nunca trouxe à discussão pública dois aspectos de grande relevância: primeiro, a de que é uma batalha travada, simultaneamente, em âmbito mundial, especialmente junto ao povo dos Estados Unidos; segundo, a de que visa, em verdade, a impedir, em qualquer parte do globo, que a população, organizada, pegue em armas contra um governo que considere espúrio, opressor, contrário aos seus interesses, aspirações e necessidades ou aos objetivos nacionais. Esses “novos valores”, que reformulam ou substituem antigas aspirações cristalizadas no “sonho americano,” aliados às crescentes desconfiças contra a ONU, o governo federal, o FBI e outras agências governamentais ou multilaterais, têm tornado duríssima a batalha entre autoridades e a sociedade, pelo banimento das armas de fogo. Durante o governo democrata de Bill Clinton, os desarmamentistas conseguiram alguns avanços sensíveis, como a proibição do porte de armas pesadas e de repetição pelos cidadãos, permanecendo em vigor a permissão para o porte de armas leves, semi-automáticas. Entretanto, com o retorno dos republicanos de George W. Bush ao poder, que julgam simpáticos a sua causa, grupos armamentistas, liderados pela combativa National Rifle Association, presidida pelo veterano ator Charlton Heston, esperam recuperar o espaço perdido no período democrata. A tese racionalista/iluminista da legitimidade na derrubada de um regime opressor, consolidada com a guerra da independência americana, veio a ser mundialmente aceita, especialmente a partir da Revolução Francesa. Ela serviu de sustentação político-filosófica para a derrocada, pacífica ou revolucionária, das monarquias europeias, respaldadas desde a Idade Média pelo “direito divino” do cristianismo, e dos impérios coloniais surgidos posteriormente, fortalecendo os Parlamentos e a chamada “democracia participativa”. Aos céticos e incrédulos, que costumam desdenhar dessas possibilidades, convém lembrar que Thomas Jef-



erson, ao redigir a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776), subscrita por todos os membros do Segundo Congresso Continental, inspirando-se nas idéias racionalistas de John Locke (1632/1704), argüia que: “Os homens possuem direitos naturais à vida, liberdade e propriedade. Os governos são estabelecidos não por Deus, mas pelos homens para proteger esses direitos. Se o governo falhar em cumprir seus deveres, os homens têm o pleno direito de se revoltar, depor o governo que eles criaram antes e estabelecer novo governo de sua preferência”. É claro que os cidadãos americanos, para quem “todo o poder emana do povo”, e, em conseqüência, “os governos devem ser do povo, pelo povo e para o povo”, percebem o perigo que os anda rondando e prometem reagir, até pela força como fizeram no passado, se preciso for, para que tais princípios e ideais continuem a governar a sociedade e a inspirar sua consciência cívica. Em várias partes do mundo, essas idéias têm sido simpáticas à intelectualidade militar desde o século XIX, inclusive no Brasil, quando adeptos do racionalismo positivista defenderam e proclamaram a República. Aqui, elas têm sido, tradicionalmente, debatidas e acolhidas por civis e militares que cursam a Escola Superior de Guerra – ESG<sup>34</sup>. De certa forma, tais fundamentos filosóficos deram respaldo doutrinário, não só entre nós, como em toda a América Latina e em outras partes do mundo, a movimentos insurrecionais que originaram freqüentes e longos períodos de governos de exceção. Corrupção, subversão, quebra da hierarquia, da disciplina e o comunismo foram as determinantes para as reações a governos declarados ilegítimos. A etiologia e a geopolítica do poder, entretanto, mudaram radicalmente após a guerra fria, quando têm início os movimentos pela etapa radical da mundialização e da concentração dos poderes e interesses supranacionais, muito acima e além daqueles jamais detidos pelo estado-nação. Esta nova questão, como se percebe, é séria demais para ser decidida apenas nas esferas filosófica, política ou econômica. “Os militares representam a expressão física do instinto de preservação e sobrevivência de uma nação”.<sup>35</sup> A globalização e a falência dos estados nacionais, pela desnacionalização acelerada das economias; a rendição ao mercado, entidade cada vez mais excelsa, fria e



distante do homem, a quem seria suposto servir ao invés de subordinar; a submissão servil a desígnios espúrios e legislações de cunho mundialista poderiam vir a despertar esse poderosíssimo instinto. Daí, não seria demasiado surpreendente se ele viesse a se converter no leviatã de novas inquietações ou rebeldias entre as tropas, que hoje se vêem enfraquecidas, em gradual extinção, juntamente com os estados que juraram servir e defender com o sacrifício das próprias vidas. Exatamente por isso, no novo cenário que se está desenhando, em longo prazo, não haveria mais espaço, em país algum, o que não exclui o Brasil e os Estados Unidos, para a influência do pensamento militar e dos seus centros de excelência intelectual sobre o poder civil. O simples cogitar dessa possibilidade, em qualquer local do globo, será, futuramente, vista pelo *establishment* como anacrônica, ameaçadora aos interesses globais e desencadeará reações e retaliações em bloco. Isso, pelo menos, é o que pretende o sistema. Resta saber se todas as partes interessadas no processo estarão, em quaisquer circunstâncias, inteiramente de acordo com essas novas regras do jogo... Tamanho conjunto de fatos bastaria para explicar, sem excessiva dose de paranóia, o esvaziamento orçamentário e o sucateamento a que vêm sendo submetidas as Forças Armadas brasileiras e as de muitos outros países dispersos pelo globo. Em decorrência, a ESG, agora jurisdicionada ao Ministério da Defesa, outra invenção maquiavélica dos que desejam aumentar distâncias entre os comandos militares e os centros de decisão governamental, também vai sendo aliviada de apoios institucionais, de recursos materiais, humanos e de seu outrora inabalável e merecido prestígio. Suavemente, a ESG vai sendo obrigada a ceder espaço para “think-tanks” de extração exclusivamente civil, internacionalista e globalizante, como o recém-criado CEBRI-Centro Brasileiro de Relações Internacionais, correspondente brasileiro do todo-poderoso Council on Foreign Relations (CFR). À tradicional instituição militar, dedicada exclusivamente aos interesses nacionais, conforme consagra o slogan pespegado ao seu frontispício, “Nesta casa estuda-se o destino do Brasil”, tem sido oferecido a mesma dieta espartana das demais unidades militares: pão escasso, pensamentos e vozes intramuros, em

nome do equilíbrio orçamentário e da “democratização” do país. Já o neonato CEBRI, organização de direito privado, demonstrando força e prestígio, surge rica e abundantemente apadrinhado com recursos públicos, que lhe repassaram o Itamaraty e uma plêiade de poderosas estatais, além do generoso mecenato de prestigiosas empresas privadas ou recém-privatizadas, e de financiamentos externos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).<sup>36</sup> A sua força motriz é tão poderosa que já se sobrepôs, até mesmo, aos interesses do povo do Rio de Janeiro, cidade que abriga o seu quartel-general. Segundo importante órgão da nossa imprensa, “foi preciso que viessem pedidos de deuses de Brasília para fazer Artur da Távola, secretário municipal de Cultura, desistir de pedir de volta o casarão da Rua Dona Mariana, que pertenceu a Afonso Arinos de Melo Franco. O imóvel da prefeitura foi cedido na gestão passada (do ex-prefeito Conde-N.A.) para o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), ONG dirigida pelo ex-chanceler...”<sup>37</sup> O CEBRI se define, peculiarmente, como uma “ONG, um espaço autônomo e independente”, que “embora apoiado pelo governo federal, por meio do Ministério das Relações Exteriores, não é uma instituição governamental”. Informa, ainda, que “foi criado com a finalidade de ser o mais importante think-thank de políticas públicas na área externa do país” e de exercer “influência no processo decisório governamental e na atuação do governo em negociações internacionais”. Tem como principal objetivo “auxiliar na definição dos interesses nacionais e estratégias de atuação na área externa”. Sua pauta de intenções, um tanto peculiar e ambiciosa, pretende, ainda, “produzir conhecimento específico na área externa e propostas para a elaboração de políticas públicas”.<sup>38</sup> Enquanto a atual direção do CEBRI foi confiada ao diplomata e ex-chanceler Felipe Lampreia, que, ao deixar, subitamente, o Ministério das Relações Exteriores, assumiu tamanha honraria, o Comando da ESG sofreu um *downgrade*, sendo agora destinado a oficiais gerais de três estrelas, ainda com possibilidades e naturais aspirações de progressão funcional. Isso não conforta tanto aos atuais titulares desse comando, obrigados, por dever de ofício, a formular





críticas às políticas e estratégias de governo, quanto favorecia aos generais de quatro estrelas de um passado recente, assegurando ao cargo a independência e a autoridade de quem já atinge o topo da carreira. Muito embora não se possa, a rigor, inferir que tal medida tenha sido arquitetada para impor limites à atuação técnica e política da ESG, é inegável que ela certamente contribuirá, pelo menos, para a adoção de cuidados adicionais aos relatórios críticos ali elaborados. Outra questão que não pode mais ser negligenciada pelos intelectuais, em geral, e analistas de inteligência, em particular, é a do pensamento doutrinário. Sendo as doutrinas, no sentido mais amplo, genérico, estruturas organizadas de pensamentos, embasadas em sólida sustentação axiológica (de valores), conceitual, metodológica, normativa, destinadas a fundamentar sistemas religiosos, políticos, filosóficos, científicos e militares, são ferramentas indispensáveis a uma disciplina intelectual de visão ampla, abrangente, forma preferentemente confiável de permitir, aos pensadores, a melhor visão crítica do universo. Como as doutrinas, com base no perfeito conhecimento da realidade, têm a pretensão de indicar caminhos para modificá-la<sup>39</sup> em busca do bem comum, são indispensáveis à percepção global dos problemas coletivos e à formulação das suas soluções mais criativas. Já as especializações científicas, hoje tão em voga, ao contrário das doutrinas, fracionam o conhecimento ao dissecá-lo, contribuindo para que desapareçam os generalistas em favor de especialistas, a visão universal em prol do confinamento de limites, mesmo que altamente aprofundados. Com isso, as doutrinas estão virando letra morta e sepultando, com elas, a capacidade e o adestramento para se pensar amplo, holisticamente. A doutrina da Igreja Católica, por haver perdido muito do seu vigor operacional, face às sucessivas baixas sofridas no contingente de fiéis, resultando no seu fracionamento em múltiplas facções e seitas de resultados. Nessas novas “igrejas”, surgidas sob o dogma da liberdade religiosa, em que até iletrados podem ser, em algumas delas, pastores, o que menos importa são os fundamentos axiológicos, a essencialidade da boa doutrina, a perspectiva de se alcançar amplos horizontes teológicos ou filosóficos. Essas competências, como em qualquer outro mercado meramente terreno, foram substituídas por ações de resultados exclusivamente práticos, dirigidos, como o combate sem quartel a todos os demônios ou a recuperação da saúde e do emprego, atividades financiadas por

convicente e eficaz sistema de coleta dos dízimos... Prepara-se, também, para abandonar o púlpito, a última geração de competentes marxistas, adeptos de uma organização de idéias e de princípios polêmicos, mas, sem dúvidas, capazes de despertar visões macroscópicas e de provocar pensamentos de grande acuidade e ampla visão. Sua doutrina, subitamente condenada ao julgamento da História, vai deixando o cenário, extinguido-se por decurso de prazo... Já as militares, as das três forças singulares, e a doutrina política da ESG, com seu eficaz método de planejamento para a ação política, perderam o viço num mundo que desmonta o estado e onde não se faz mais necessário, nem permitido, planejar, para não serem “contrariadas as forças livres do mercado...” Vão-se, portanto, as doutrinas e a capacidade de pensar grande e à longa distância. Vêm o marketing agressivo e as “reflexões instantâneas” da comunicação de massa, formas modernas, porém banalmente previsíveis, da unificação programada dos corações e das mentes humanas...

## O TEMPLO DOS DOZE DINHEIROS

*“O poder do dinheiro corrói a nação nos tempos de paz e conspira contra ela nas épocas de adversidade. Ele é mais despótico do que a monarquia, mais insolente que a autocracia, mais egoísta que a burocracia. Eu vejo, num futuro próximo, uma crise se aproximando que me inquieta e faz temer pela segurança do meu país. As grandes corporações foram entronadas, uma era de corrupção se instalará nos altos escalões e o poder do dinheiro, neste país, imporá à força o seu reinado, contra o interesse do povo, até que a riqueza esteja concentrada em poucas mãos e a República destruída”.*

ABRAHAM LINCOLN,  
*no exercício da presidência dos Estados Unidos.*

Em plena era do New Deal, no ano de 1937, quando o presidente Roosevelt liderava o fantástico esforço de reconstrução dos Estados Unidos, povo e país devastados pela monumental depressão que se abatera sobre a nação como praga bíblica, um belíssimo prédio em estilo clássico, revestido de mármore branco, acabara de ser erguido em meio a uma repousante paisagem verde, na Constitution Avenue, próximo ao Lincoln Memorial. De linhas sóbrias, marcadamente caracterizadas por colunas



gregas, sem excessos decorativos ou a monumentalidade arquitetônica dos prédios públicos de Washington, estaria mais adequado a abrigar uma organização religiosa do que a sede do maior e mais fantástico centro de poder financeiro da face da Terra. Ante essa característica física e pela verdadeira devoção ao mais desenfreado materialismo, ali praticado, a instituição

nele abrigada ficou conhecida, por muitos, como O Templo. Ao cruzar suas portentosas portas de bronze, o visitante passará sob uma imponente águia americana, também em mármore branco, ali estrategicamente instalada para

que se tenha a sensação de estar penetrando, sob a proteção de suas asas, nas próprias entranhas da nacionalidade. Ao final do amplo corredor de entrada, chega-se ao lobby, cujo teto foi fina e artisticamente decorado com desenhos em alto-relevo, representando, certamente não ao acaso, moedas gregas circundando a deusa Cybele, símbolo da abundância e da estabilidade.<sup>40</sup> O Templo, totalmente às escâncaras, sem deixar margem a dúvidas, revela logo na entrada suas origens e inspirações pagãs... Naquele amplo saguão, devidamente entronados em retratos a óleo, o Federal Reserve System, apenas FED para os íntimos, homenageia e cultua dois dos principais responsáveis pela sua criação e lucrativa existência: o presidente Woodrow Wilson, que sancionou a lei, e o senador Carter Glass, da Virgínia, que patrocinou o projeto no Congresso americano, em 1913. Embora amplamente reveladora, essa homenagem de gratidão se revela historicamente injusta, pois mantém envoltos nas sombras de profundo anonimato os mais importantes personagens da trama que deu à luz o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos: o coronel Edward Mandel House, alter ego do presidente Wilson, o senador Nelson Aldrich, presidente da Autoridade Nacional Monetária, e Paul Moritz Warburg, financista, representante e homem de confiança da poderosa família de banqueiros Rothschild, ramificada pela Alemanha, França e Inglaterra, de quem era sócio na propriedade do Reichsbank. Desde que o eixo do poder econômico começara a se mover da Inglaterra para os Estados Unidos, antes das lutas pela independência americana, sabiam os banqueiros e negociantes europeus que só poderiam, efetivamente, controlar a economia daquele colosso se lhe pu-



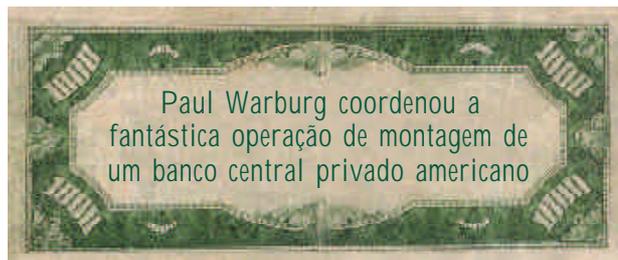
desse impor, como haviam feito antes à França, Inglaterra e Alemanha, um Banco Central independente do governo e... TOTALMENTE PRIVADO! O que na verdade eles desejavam, há muito tempo, era constituir uma base sólida, segura, uma nova sede para os seus negócios no Novo Mundo onde, vislumbravam, além do paraíso terrestre, o futuro do *business* mundial.

Uma tentativa feita, anos antes no Brasil, em Pernambuco, fracassara por motivos religiosos. Os soldados holandeses, que garantiam a segurança das operações agrícolas e mercantis da Companhia das Índias Ocidentais (ramo da multinacional que controlava, a ferro e fogo, sob bandeira holandesa, os interesses do centro mundial dos negócios), eram calvinistas. Subitamente, de forma inesperada para seus superiores, começaram a hostilizar os católicos brasileiros, profanando-lhes as igrejas e os altares. O episódio deflagrou violento sentimento de revolta na região, antes pacífica e tolerante com a presença estrangeira, e se transformou no estopim da revolta, fazendo de Pernambuco, como sabemos, o berço da nacionalidade brasileira. Expulsa a guarnição, os negócios fugiram atrás. Após breve passagem pela Holanda, para reorganização, a comitiva, que incluía, entre outros, os empresários que viveram em Recife e no interior, voltou ao mar do Novo Mundo, dessa vez um pouco mais para o norte, desembarcando numa ilha que adquiriram, aos locais, por ninharias. Ali, fundaram a cidade de New Amsterdam, em homenagem ao porto de origem, e reiniciaram seus afazeres, dessa vez em paz absoluta. Posteriormente, quando seu quartel-general migrou da Holanda para a Grã-Bretanha, a "filial" americana, ajustando-se aos novos tempos, teve seu nome trocado de New Amsterdam para... New York, assim permanecendo até hoje. O Brasil perdera, por muito pouco, a oportunidade de ser o berço do primeiro mundo, sede do poder mundial secreto... Enfim, os centros financeiros europeus haviam fincado, definitivamente, profundas raízes nas terras do Novo Mundo e lá começaram a se organizar e a prosperar, sempre na expectativa de lançar sementes para colher o maior entre os maiores instrumentos do poder e da opulência: seu próprio banco central ultramarino. Em 1902, Paul Warburg, sócio dos Rothschild e perito em operações de bancos centrais na Europa, via-



jou para os Estados Unidos a fim de se associar à poderosa firma financeira “Kuhn, Loeb & Co.”. Dado que apenas palavras empenhadas e lealdades juradas não pareciam garantias suficientes para selar projeto de tamanha envergadura, Abraham Kuhn e Solomon Loeb, fundadores da empresa, haviam-se casado um com a irmã do outro, tornando-se duplamente cunhados.

Posteriormente, o cabeça da empresa passara a ser Jacob Schiff, tornado sócio da firma, instantaneamente, por casamento com Teresa, filha do senhor Loeb. Paul



Warburg, então, ao assumir sua parte na sociedade, casou-se com Nina, a outra filha de Solomon Loeb, o que o tornara cunhado de Schiff. Jacob Schiff, aliás, numa parceria ainda muito pouco esmiuçada, socorreria os comunistas russos com um doativo de 20 milhões de dólares em ouro, garantindo, financeiramente, o sucesso da revolução bolchevique.<sup>41</sup> Esse mistério se adensa quando vêm a lume os fatos de que Lord Milner, da British Round Tables, também foi generoso contribuinte dos revolucionários russos, e que os banqueiros de Wall Street sempre socorreram financeiramente os dirigentes soviéticos, quando seu regime claudicava. São muitas as evidências de que possa ter havido, circunstancialmente ou de forma irrestrita, um pacto secreto, nunca abertamente explicitado ou admitido, entre os socialistas marxistas e os barões da fortuna. Tudo, ao que parece, resumia-se à melhor, mais eficiente e rápida forma de apropriação e acumulação do capital. A via de mercado, milenar, evoluía de forma lenta, cheia de acidentes de percurso, restrições legais, muitos impostos a pagar. A comunista, instantânea pela luta revolucionária armada, representava uma forma total e imediata de acumulação e apropriação, bastando, apenas, assumir o férreo comando do estado capturado. O resto, o tempo resolveria, com a criação de uma estrutura confiável de lealdades, quando, então, seria viável e seguro devolver a economia e seus enormes custos sociais, antes centralizados, às forças do “livre mercado”. Ao que tudo indica, em se tratando de empolgar ou acumular poder, Wall Street e seus tentáculos invisíveis nunca demonstraram preocupações com qualquer prurido ideológico... Felix Warburg, o irmão de Paul que ficara na Alemanha ajudando a administrar os negócios bancários da família, a Casa

Warburg e o Reichsbank, viajou para a América a fim de também assumir uma participação na Kuhn, Loeb & Co, e acabou casando-se com Frieda, filha de Jacob Schiff. Tornou-se, como na velha piada, sobrinho do próprio irmão...<sup>42</sup> Garantido o negócio, por acordos de honra e deveres de família, Paul Warburg

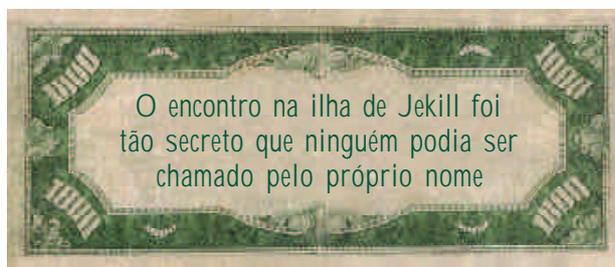
passou a coordenar, dos bastidores, o desenrolar da fantástica operação de montagem de um banco central privado para os Estados Unidos, ao juntar as forças desse grupo com os Rockefeller e os Morgan... A constituição americana dá

ao seu Congresso o poder de “cunhar moeda, regular o seu valor e o valor de moedas estrangeiras” proibindo que os estados façam com que “qualquer coisa, exceto moedas de ouro e prata, sirva de meio legal para o pagamento de dívidas”. Exercitando esse poder, e atendendo a uma recomendação de Alexander Hamilton, o Congresso aprovou, em 2 de abril de 1792, uma lei de cunhagem, definindo a moeda americana como sendo o “dólar”. Ele teria moedas divisionárias em bases decimais, sendo estipulados seus pesos em ouro e prata, e autorizada a livre cunhagem, aberta a todos e isenta de ônus. A recomendação de Hamilton agradara aos bancos, que logo foram liberados para cunhar seu próprio dinheiro. Entretanto, à falta de uma autoridade central coordenadora, cada banco operava apenas segundo seus próprios interesses, tornando o sistema caótico. Isso levaria o país a registrar, no primeiro terço do século XIX, cerca de 12.000 tipos de moedas em circulação, nacionais e estrangeiras, das quais, perto de 5.000, eram totalmente fraudulentas ou falsas. A primeira tentativa de se criar uma verdadeira moeda única nacional, durante a guerra civil, fracassara. O dinheiro da União, conhecido como Greenbacks (costas verdes), por pressão dos bancos sobre o Congresso, temerosos de perder os privilégios da emissão própria, tivera circulação restrita, não podendo ser usado no pagamento de taxas e impostos. Ao final da guerra civil, tinha perdido cerca de 70% do poder liberatório inicial, sendo repudiado pela população. Em 1907, ocorreu mais uma severa crise. Com os bancos fechados e as pessoas sem dinheiro, trabalhadores desempregados perambulando pelas ruas, o pânico se instaurou. Desta vez, a crise parecia ter nome certo: os Morgan foram responsabilizados, de tal forma, pela convulsão nacional,

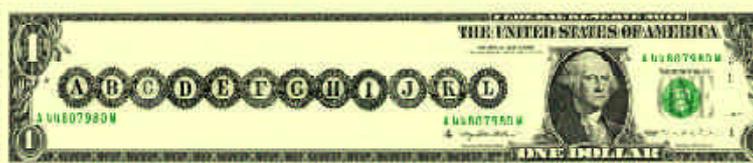


que o Congresso criou, em 1908, uma “Autoridade Monetária Nacional”, administrada pelo senador Nelson Aldrich, de Rhode Island, visando a uma solução definitiva, que afugentasse situações críticas para sempre, ao que se supunha, ministradas intencionalmente pelos banqueiros. Essa decisão federal era tudo que eles queriam.<sup>43</sup> Chegara a hora de conquistarem seu banco central privado. Aldrich era ligadíssimo aos Rockefeller, tanto que sua filha se casara com John Davison II e um dos filhos do casal recebera, na pia batismal, o nome de Nelson Aldrich Rockefeller, em homenagem ao avô. Em 1910, um grupo de trabalho, formado por Aldrich, A. Andrews (vice-secretário do Tesouro), Frank Vanderlip (presidente do National City Bank/New York, dos Rockefeller), H. Davison (sócio sênior do J.P. Morgan), Charles Norton (presidente do First National Bank of New York, dos Morgan), Benjamin Strong (outro preposto da família Morgan) e Paul Warburg deixou a cidade de Hoboken, New Jersey, num trem fechado, e dirigiu-se à ilha de Jekyll, na Geórgia, hospedando-se num paraíso de caça pertencente à família Morgan. O encontro foi tão secreto que ninguém podia ser chamado pelo próprio nome e novos empregados, desconhecidos de todos os presentes, foram contratados para servi-los, sem saber a quem. Frank Vanderlip, presente à reunião, assim a descreveu, muitos anos mais tarde (1935), no *The Saturday Evening Post*: “Houve uma ocasião, em 1910, em que eu agi tão secretamente, de forma tão furtiva, como qualquer conspirador... pois teria sido fatal para os planos do senador Aldrich se alguém soubesse que ele estava convocando pessoas de Wall Street para ajudá-lo a preparar seu projeto de lei... Penso que não há nenhum exagero em me referir a nossa expedição à Ilha de Jekyll, como a ocasião em que foi feita a concepção real daquilo que, eventualmente, veio a ser conhecido como o Federal Reserve System”. Em Jekyll, Warburg assumiu a função de relator do projeto que, por ter-se baseado na organização do Reichbank (o banco central alemão), cujos acionistas majoritários eram as famílias Rothschild e Warburg, viria a refletir, integralmente, a vontade dos banqueiros. O plano era muito simples. O novo banco central não podia ser assim denominado porque o povo americano não o desejava. Por isso, ele teria que receber um nome enga-

noso, onde não constassem as palavras banco nem central. E, o mais importante de tudo, ele teria de se assemelhar com uma agência oficial do governo americano. Em consequência, ficou acertado que o banco deveria parecer controlado pelo congresso, mas a maioria do seu corpo diretor seria eleita pelos bancos privados, donos integrais de suas ações. Evitando a percepção pública de que o FED seria administrado a partir de Wall Street (New York), foi criado um sistema múltiplo, de doze bancos centrais, designados por números de um a doze e por letras maiúsculas de A até L, tendo cada um deles limites bem definidos de atuação regional, com sedes nas cidades e estados constantes dos respectivos nomes. Esses doze bancos são: 1-Federal Reserve Bank of Boston/Massachusetts (A); 2-Federal Reserve Bank of New York/New York (B); 3-Federal Reserve Bank of Philadelphia/Pennsylvania (C); 4-Federal Reserve Bank of Cleveland/Ohio (D); 5-Federal Reserve Bank of Richmond/Virginia (E); 6-Federal Reserve Bank of Atlanta/Georgia (F); 7-Federal Reserve Bank of Chicago/Illinois (G); 8-Federal Reserve Bank of St. Louis/Missouri (H); 9-Federal Reserve Bank of Minneapolis/Minnesota (I); 10-Federal Reserve Bank of Kansas City/Missouri (J); 11-Federal Reserve Bank of Dallas/Texas (K) e 12-Federal Reserve Bank of San Francisco/California (L). Apesar de possuírem diretorias individuais, respondem a um comando central, cujo poder emana de New York, constituindo-se num cartel denominado “Federal Reserve System. Esse grupo empresarial privado, como acertado no plano secreto de Warburg, Aldrich e do coronel House mantém as aparências de submissão ao Congresso americano nas suas relações com a área federal, assumindo a forma de uma “agência reguladora”, sob o nome de “Federal Reserve Board”. A junta de governadores desse Board deveria ser escolhida pelo presidente dos Estados Unidos, entre diretores indicados pelo FED e pessoas da confiança do governo, mas, nas palavras do coronel House, “...O Board



exercerá seu mandato de forma a se manter longe do alcance de qualquer poder do presidente”. Isso é tão verdadeiro que, desde a sua criação, até o dia de hoje, o Fed nunca sofreu uma auditoria, sequer, do governo americano. Confirmando a previsão do coronel House, os primeiros cargos no Fed foram logo preenchi-



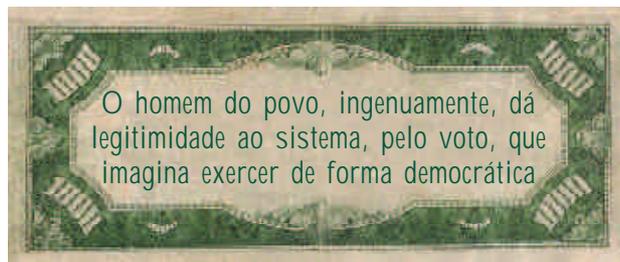
dos pelos que engendraram sua criação. Benjamin Strong, do grupo Morgan, tornou-se o primeiro governador do Federal Reserve Bank de Nova York, carro-chefe do sistema. O primeiro governador do Federal Board (a agência reguladora federal) foi o próprio Paul Warburg, logo depois presidente do Federal Reserve System (o cartel privado, de propriedade dos demais bancos). Os doze bancos centrais privados do sistema, mantendo as tradições do passado, quando cada banco particular imprimia sua moeda, assumiram essa concessão pública terceirizada, apesar de proibida pela Constituição, passando também a emitir, cada um deles, seu próprio dinheiro individual. Há, portanto, no mercado, doze dólares diferentes, embora de aspecto (desenho e cores) padronizado, e com a mesma denominação legal. As diferenças entre essas moedas existem claramente, e resumem-se aos selos contendo as letras identificadoras e os nomes dos bancos a que pertencem. Ambos estão inseridos numa coroa circular, à esquerda da efígie presidencial. Os números correspondentes a cada banco vêm indicados nos cantos interiores das notas, junto aos valores expressos em algarismos. Hoje, com a globalização e a dolarização de alguns países, que cedem sua soberania, não a outra potência, mas a um sistema bancário privado e internacionalista, o FED está mudando a aparência dos seus doze dinheiros, unificando suas estampas de modo a fazê-los parecer um só. Nas notas da nova emissão, onde as efígies presidenciais aparecem em formato ampliado, foi suprimido o selo circular contendo o nome de cada banco e sua letra correspondente. Agora, aparece apenas uma logomarca, também circular, do Federal Reserve System. É o novo “dólar tipo exportação”, de uso geral, mas particularmente dedicado a países como o Panamá, o Equador e outros na fila de espera que, abandonando a “prata da casa”, adotaram-no como moeda corrente... Caso o prezado leitor seja do tipo curioso, observador, olhe atentamente para as notas do novo dólar e perceba que na numeração delas ainda é possível distinguir as letras (A/L) e os números (1/12) aqui descritos, só que em tamanho muito reduzido. Quando for viajar divirta-se, identificando quais, entre os doze dinheiros, você levará em seu bolso, pois, apesar de escondido, o gato continua com o rabo de



fora... O Federal Reserve tornou-se uma força-chave na economia mundial, fazendo com que todos os mercados financeiros do mundo prestem a máxima atenção quando ele se manifesta. O mais rico país do mundo, os Estados Unidos, possui, paradoxalmente, a maior dívida do planeta, que pode já haver ultrapassado a cifra de seis trilhões de dólares! A quem deve o povo dos Estados Unidos essa monumental fortuna? Claro, aos maiores financiadores da América, isto é, ao Federal Reserve Bank e aos seus afortunados acionistas privados, que acumulam o mais fantástico tesouro da humanidade: o moto-perpétuo de fabricar dinheiro, objeto do desejo da humanidade consumista, a partir de brisa, papel e tinta!<sup>44</sup> Mas a maior lufada da fortuna, que beneficiou ainda mais esse grupo de poderosos felizardos, foi o histórico fato ocorrido em agosto de 1971, quando caiu por terra o acordo de Bretton Woods, regulador do sistema financeiro internacional. Ali, Richard Nixon “fechou para sempre o guichê do ouro”, tornando letra morta a obrigação assumida pelos Estados Unidos de converter ao metal, no preço fixo de US\$ 35,00/onça, os dólares amealhados pelos governos estrangeiros. Estava definitivamente quebrado o padrão metálico em todo o mundo e o FED deixava de se obrigar, por uma simples canetada presidencial e, mais uma vez, contrariando a Constituição americana, a emitir o dinheiro com lastro em espécie, ouro ou prata! “Antes de 1971, toda moeda importante, desde tempos imemoriais, estivera vinculada direta ou indiretamente a uma mercadoria. Ocorriam afastamentos ocasionais de um vínculo fixo, mas só em épocas de crise. Como resultado, esperava-se que tais episódios fossem temporários, e de fato o foram. Mas o vínculo foi se enfraquecendo, cada vez mais, até ser eliminado, de todo, pelo ato do presidente Nixon. Desde então, nenhuma outra moeda importante teve qualquer vínculo com uma mercadoria”.<sup>45</sup> Apesar da famosa advertência de Irving Fisher, escrita em 1911, de que “o papel moeda inconversível quase invariavelmente revelou-se uma maldição para o país que adotou”, os Estados Unidos, melhor dizendo, os bancos privados que constituem o Federal Reserve System, desobrigaram-se, prazerosamente, dessa tremenda e onerosa responsabilidade. O dólar, para o bem ou para o mal, passou a valer, em essência,



além do papel e da tinta de sua impressão, aquilo que a enorme e magistral propaganda faz com que as pessoas acreditem que ele possa valer. Estava, assim, inaugurada a era do “castelo de cartas” em que se transformou o sistema financeiro internacional. Enquanto o mundo, preocupado ante a gravidade do fato, permanecia em vigília insone, os dirigentes e acionistas do Fed celebravam, felizes, às gargalhadas. Nunca tantas rolhas dos mais finos champanhes franceses espocaram, simultaneamente, na calada de uma noite tão longa e silenciosa. “Quando se menciona o nome do Federal Reserve, a atenção é garantida”, escreveu Kim Clark do U.S. News & World Report, “uma vez que a mínima alteração nas taxas de juros pode derrubar mercados e criar ou destruir milhões de empregos”. Mas, o maior segredo do FED é saber quem o controla e com que finalidade. “Usar um banco central para criar períodos alternados de inflação e deflação e depois explorar o povo para obter enormes lucros, é uma atividade que os banqueiros internacionais aperfeiçoaram como uma ciência exata”.<sup>46</sup> “Algumas vozes importantes se levantaram, à época, contra a criação do FED. Talvez a mais incisiva tenha sido a do congressista Lindbergh, pai do famoso ás da aviação, que em 1913 declarou: “...O Federal Reserve estabelece o mais gigantesco trust da face da terra”. “...Quando o presidente assinar esse ato, o governo invisível, do poder do dinheiro, será finalmente legitimado. Então, a nova lei vai criar inflação quando os trusts quiserem inflação. Daqui por diante, as depressões serão criadas cientificamente.”<sup>47</sup> Mas, a quem pertence, finalmente, o poder de todos os poderes, isto é, o Federal Reserve System? A resposta já pode ser conhecida. Ele é propriedade de seus doze membros, bancos pertencentes a acionistas privados. “Um exame dos maiores acionistas dos principais bancos de Nova York, mostra, claramente, que umas poucas famílias, relacionadas pelo sangue, casamentos ou interesses comuns, controlam todos os bancos daquela cidade que, por sua vez, possuem o controle acionário do Federal Reserve Bank de Nova York, controlador dos demais bancos do sistema. Entre essas famílias estão os Rothschild, Morgan, Rockefeller, Warburg e outras.”<sup>48</sup> Os 19.752.655 de ações do Federal Reserve Bank de N. York são, majoritariamente, controla-



das por dois bancos: 6.389.445 ações (32,35%) pertencem ao Chase Manhattan Bank (agora fundido ao Chemical Bank) e 4.051.851 ações (20,51%) ao Citibank, N.A., perfazendo 10.441.295 ações (52,86%), isto é, controle total e absoluto!

## É TARDE, EU JÁ VOU INDO...

Um intrincado conjunto de fenômenos políticos, econômicos, sociais, científicos, tecnológicos e militares, tem sido, há muitos anos, ocultado ou cuidadosamente apresentado à opinião pública de forma destorcida, tendenciosa, como se fosse conquistas inexoráveis, incontestáveis frutos da genialidade alcançada pela civilização contemporânea, para o bem de toda a humanidade. A elas, segundo seus mentores, deveríamos, portanto, reverenciar e cultuar, contritos, agradecidos, sem qualquer contestação. Expressões e conceitos como “Nova Ordem Mundial”, “Globalização”, “Livre Comércio”, “Mercados Globais”, “Liberdade”, “Democracia”, “Modernidade”, “Reformas”, “Cidadania”, “Tendência Mundial”, “Investidores Internacionais”, divulgadas por órgãos oficiais de comunicação e pelas diversas mídias privadas, como pilares dessa “nova e moderna” organização planetária, acobertam, engenhosamente, brutal concentração de poder e riquezas, beneficiando privilegiada minoria oligárquica, em detrimento do homem comum. O mundo, como visto, é governado por uma autocracia oculta, através de um sistema gerencial de altíssima lealdade aos seus princípios e objetivos, que opera em seu favor sob o manto do interesse público, da democracia e da liberdade. É lobo em pele de cordeiro. O homem do povo, tratado como massa de manobra, João-teimoso da mentira, da propaganda, das jogadas e armações políticas, continua, ingenuamente, a dar legitimidade ao sistema, pelo voto, que imagina exercer de forma livre e democrática. A toda e qualquer tentativa de reação ao embuste, os leões de chácara do poder reagem, com a truculência e a arrogância dos que só parecem possuir certezas. Afinal, ganham para isto. Desse combate desigual, sem ética ou compaixão, surgem os ataques da moda, quando os que procuram iluminar caminhos são tratados como “obscurantistas”, “conservadores”, “atrasados”, “me-



dievais”, “dinossauros”, “terroristas”, “retrógrados”, “reacionários”, “vanguardeiros do atraso”, “arautos do caos”, “catastrofistas”, viúvas da ditadura ou, simplesmente, “paranóicos”. Às verdades que procuram revelar, se lhes dão o tratamento de “teorias conspiratórias”. À motivação dos que não lhes têm concedido sereníssima trégua, designam como “paranóia conspiratória”, imaginando, inutilmente, remetê-los ao limbo entre a burrice e a loucura... A todos os leitores de mentes sãs,

que já perceberam, na epiderme ou na alma, os incômodos desse patrulhamento persecutório, e a quem o direito à verdade tem sido, sistematicamente, negado, dedicamos este texto, com a recompensadora certeza de que, apesar da odiosa opressão e dos ataques virulentos, nunca estiveram, nem estarão, inteiramente sós e desprotegidos.

1 Editorial da Insight/Inteligência. (Publicado originalmente no site da editora, apresentando o número 10 da revista à rede da Internet.).

2 MARRS, Jim in “rule by SECRECY” New York, HarperCollins Pub. Inc. 2000.

3 ALLEN, Gary, escritor, filósofo e intelectual conservador.

4 DYE, Thomas R. e ZEIGLER, L. Harmon, in “The Irony of Democracy.”

5 MARRS, Jim in “rule by SECRECY”.

6 “Caveira e Ossos”, como o símbolo das antigas bandeiras dos piratas. Fraternidade Secreta que recruta seus membros mais jovens entre alunos e ex-alunos da Universidade de Yale. N.A.

7 COLEMAN, John in “Conspirators Hierarchy: The Story of The Committee of 300”, Carson City, America West Pub.1992.

8 Trata-se do sétimo presidente americano, que governou o país de 1829 a 1837. Está retratado nas notas de vinte dólares. N.A.

9 VANKIN, Jonathan e WHALEN, John, in “The 70 Greatest Conspiracies of All Times”. Carol Pub. Group, New Jersey, .1998

10 Recomenda-se assistir ao filme “A SOCIEDADE SECRETA” (The Skull), de 2001, já exibido no Brasil, que retrata magistralmente os bastidores dessa sociedade. N.A.

11 McManus, John, editor, in “rule by SECRECY”, HarperCollins Pub. New York. 2000.

12 U.S.News & World Report, 1978.

13 N.A. Para maiores detalhes recomendo a leitura do assunto em “rule by SECRECY”, de Jim Marrs, pág. 29/30.

14 ROBERTSON, Pat, in “The New World Order”.

15 N.A. A exceção a esta regra foi o ex-governador James Byrnes, da Carolina do Sul. A lista completa desses secretários pode ser encontrada em Robertson, Pat, in “The New World Order,” pág 98.

16 In “Foreign Affairs” (órgão de divulgação oficial do CFR), 1970.

17 MARRS, Jim, ibidem.

18 ERINGER, Robert, jornalista e pesquisador.

19 STRAND, Laurie K. in “Who is in charge-Six Possible Contenders”, for Peoples Almanac#3.

20 MARRS, Jim in “rule by SECRECY”

21 N.A. A família Rockefeller é cristã, do ramo batista. Por isso, a palavra cabala, de origem hebraica, empregada em relação a David Rockefeller, na frase original de Goldwater traduzida do inglês, não possui qualquer conotação de etnia, crença ou religião, significando, apenas, no texto transcrito, uma trama secreta, conspiração.”

22 GOLDWATER, Barry in “With no apologies”, 1979.

23 MARRS, Texe, presidente da editora Living Truth, Austin, Texas.

24 MARRS, Jim, ibidem.

25 GIBSON, Donald. Escritor.

26 O patriarca da família, Jacob Astor, morreu no naufrágio do Titanic. Aliás, faleceram também nessa tragédia outros potentados, associados ao grande círculo secreto de poder, que celebravam, nessa viagem, seu sucesso e as conquistas políticas, financeiras e tecnológicas até ali alcançadas. Desafortunadamente, a celebração terminou em desgraça, razão pela qual, mesmo sem revelação explícita ao público, esse naufrágio pertence ao rol das fatalidades inesquecíveis pelos poderosos. N.A.

27 QUIGLEY, Caroll. Historiador e professor de história na Escola de Relações Exteriores da Universidade de Georgetown, mentor acadêmico de Bill Clinton.

28 MARRS, JIM, in “rule by SECRECY”.

29 NASSIF, Luis in “O projeto “Echelon”, São Paulo, na Folha de S.Paulo de 05/12//2000, fls B3.

30 CARLOS, Newton in “PODER SECRETO”, Rio de Janeiro, no J. Brasil de 28.08.2000.



- 31 McALVANY, Don, McAlvany Intelligence Advisor. Phoenix, Dec. 1993
- 32 McAlvany Intelligency Advisor, 1995.
- 33 JEFFREY, Grant R., Oregon, Harvest House Pub., 1982.
- 34 Manual Básico, Rio de Janeiro, ESG, 1983, páginas 44 e 45.
- 35 BOAVENTURA, Jorge, em entrevista pessoal e palestras na ESG.
- 36 CEBRI, Boletim Informativo, n. 1, Maio 2000. Colaboração gentilmente oferecida pelo prof. Jorge E.F.Barbosa, Cel., ex-reitor da UFF.
- 37 GOIS, Ancelmo, in No Ponto, J. do Brasil, de 10 abril, 2001, pág. 04.
- 38 Boletim Informativo do CEBRI número 1, maio de 2000, ibidem.
- 39 MAFRA, Roberto Cel., Geopolítico, Professor Emérito da Ece-me, Chefe da Divisão de Pesquisa e Doutrina da ESG, em depoimento ao autor, em documentos escritos e palestras na ESG.
- 40 GREIDER, William, in "SECRETS of the TEMPLE." Touchstone, N.York, 1987.
- 41 ROBERTSON, Pat in "The New World Order" Word Pub. New York, 1991, pág.123.
- 42 SACHAR, Howard M. in "A History of the Jews in America." Vintage Books, Random House, New York, 1993, pág. 92.
- 43 ROBERTSON, Pat. ibiden, pág. 124.
- 44 ROBERTSON, Pat. In "The New World Order".
- 45 FRIEDMAN, Milton em "Episódios da História Monetária" Rio de Janeiro: Record, 1994, pág. 27.
- 46 ALLEN, Garry, pesquisador e escritor.
- 47 Muito embora, nada leve a provar qualquer relação entre o duro combate movido pelo senador Lindbergh aos defensores da criação do FED e a desgraça familiar que lhe ocorreu, trazendo revolta e consternação mundial, cabe lembrar que o neto do senador, filho do ás da aviação Charles Lindbergh, foi seqüestrado em seu berço e morto, apesar de a família ter pago o seu resgate. N.A.
- 48 MULLINS, Eustace in "The Secrets of the Federal Reserve", N.Y., 1983.

